



ACPO
Associação de Combate aos Poluentes
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional
CGC: 00.034.558/0001-98



Boletim da ACPO



Resumo das Atividades de 2002

JANEIRO

- **Notícias de Jornal.**

Terça-feira, 15 de janeiro de 2002

PASSADOS 9 ANOS DA INTERDIÇÃO DA UNIDADE QUÍMICA DE CUBATÃO, A RHODIA CONTINUA PUBLICANDO INVERDADES NA IMPRENSA COM INTUITO DE FUGIR DA SUA RESPONSABILIDADE DE TER CONTAMINADO O MEIO AMBIENTE EM ITANHAÉM, SÃO VICENTE, CUBATÃO, O ESTUÁRIO DA BAIXADA SANTISTA, ALÉM DE CONTAMINAR SEUS TRABALHADORES E ALGO ESTIMADO EM 10.000 MIL PESSOAS NA BAIXADA SANTISTA.

Jornal A Tribuna de Santos

Rhodia decide desmontar fábrica na Cidade

Da Reportagem

Manuel Alves Fernandes

A Rhodia decidiu não mais retomar a produção na sua Unidade Química de Cubatão (UQC), que teve as atividades suspensas por ordem judicial, desde junho de 1993. A

fábrica será desmontada e os resíduos químicos ali existentes removidos. A suspensão das atividades foi solicitada pelo Ministério Público, após comprovação de contaminação ambiental por organoclorados (hexaclorobenzeno ou HCB e também o chamado pó-da-china) na unidade e em depósitos de resíduos desse material químico encontrados em Cubatão, São Vicente e Itanhaém.

Na época (1993), a medida teve caráter preventivo, para apurar suspeitas de que haveria risco à saúde dos trabalhadores sujeitos à exposição do HCB.

A Rhodia não recorreu da interdição com o objetivo, segundo a direção da empresa, “de esclarecer cabalmente a inexistência desse risco para os empregados e solucionar definitivamente o passivo ambiental”.

A empresa contesta até hoje a denúncia de contaminação dos empregados. Mas, em convênio com a Rhodia, o Instituto de Botânica do Estado de São Paulo vem realizando pesquisas na área da biorremediação, para tentar destruir os resíduos organoclorados por meio de fungos nativos da região.

Essas pesquisas já estão em fase de testes de campo (em depósitos de organoclorados em Samaritá, São Vicente). E poderão ser uma alternativa para a destruição dos resíduos que estão depositados nessas áreas controladas.

Pó-da-China - Os produtos organoclorados começaram a ser fabricados na unidade de Cubatão em 1966, pela Clorogil, uma empresa do grupo francês Progil. A fábrica produzia pentaclorofenol e pentaclorofenato de sódio e, a partir de 1974, solventes clorados industriais, tetracloreto de carbono e percloroetileno.

Em 1976, a Rhodia comprou o grupo Progil e passou a controlar a Clorogil. Mas, menos de dois anos depois, suspendeu a produção de pentaclorofenol e do pentaclorofenato de sódio.

Nesse mesmo ano, começaram a ser encontrados depósitos desse material em Samaritá e depois em Cubatão. Um levantamento aerofotogramétrico feito pela empresa indicou outros depósitos, que começaram a ser removidos. Uma estação de espera foi construída em São Vicente (Km 67 da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega), para receber o material.

A empresa também construiu um incinerador, que começou a funcionar na fábrica de Cubatão em 1987. Foram queimadas cerca de 70 mil toneladas de resíduos até junho de 1993 quando a fábrica foi fechada. Por determinação da Cetesb, a empresa passou também a descontaminar e tratar o lençol freático da fábrica e dos depósitos.

Empresa nega riscos a funcionários

Da Reportagem

A Rhodia vem procurando comprovar publicamente a inexistência de riscos à saúde dos funcionários que trabalharam na unidade de Cubatão. Por isso, fez acordos com o Ministério Público e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química em Cubatão garantindo e custeando a realização de todos os exames médicos solicitados.

Em novembro de 99, a empresa ofereceu aos empregados a recolocação em outras unidades na Capital ou Interior, dando apoio financeiro para as mudanças. As vagas eram compatíveis com as funções anteriormente exercidas, consideradas eventuais restrições médicas. Os empregados que optaram por não aceitar a transferência tiveram a alternativa de serem dispensados mediante acordo.

Foi dada a todos a garantia da realização periódica de exames para verificação de suas condições de saúde e tratamento médico.

Retorno - Os empregados que aceitaram a recolocação e já estavam sendo treinados, solicitaram ao MP a exigência de comprovação de segurança nos novos postos de trabalho. E entraram com ações na Justiça do Trabalho visando impedir suas transferências para outros locais.

“A Rhodia, entendendo que essas manifestações demonstravam o não-acatamento desses empregados em retornar à sua vida profissional, e como não poderia deixar os cargos vagos até o julgamento dessas ações, decidiu pela volta dessas pessoas a Cubatão. Hoje, 78 pessoas mantêm vínculo empregatício com a Rhodia, 35 dos quais permanecem trabalhando nas áreas e 43 estão sem trabalhar”, assinala a empresa.

Crítérios para apontar doença são questionados

Da Reportagem

Uma junta composta por três médicos definiu a relação de doenças que podem ser causadas por exposição a organoclorados. E estabeleceu critérios pelos quais, diante dos resultados dos exames, deveria definir os portadores do quadro de suspeitos de doenças decorrentes de exposição a organoclorados na unidade. Os critérios incluíram testes neuro-comportamentais.

“Após duas baterias de exames, os empregados foram considerados em condições normais de saúde e aptos ao trabalho. Alguns deles, com restrições, sendo a mais comum evitar-se contato com produtos químicos tóxicos”, assinala a Assessoria de Imprensa da Rhodia.

A junta médica considerou todos os empregados (com exceção de três), como “portadores de quadro suspeito de doença causada por exposição a organoclorados. Porém, essa conclusão foi baseada exclusivamente nos testes neuro-comportamentais sem o respaldo científico na determinação dos padrões de normalidade”, revela a Rhodia.

Novos exames - Segundo a empresa, pareceres de especialistas de renome internacional indicam que esses testes não podem ser tomados isoladamente para o diagnóstico de doenças.

Em outubro do ano passado, cerca de 200 pessoas, entre elas 78 empregados da Rhodia, ex-empregados e também empregados de empreiteiras que trabalhavam em junho de 1993 na usina, começaram a passar por uma nova bateria de exames no Hospital Alberto Einstein, na Capital. Os exames ainda não foram concluídos.

GAZETA MERCANTIL – 16 DE JANEIRO DE 2002

15. GAZETA: Rhodia decide deixar Cubatão

(<http://www1.investnews.net/inn/bngm/popdir.asp?log=1>)

São Paulo, 16 de janeiro de 2002- A Rhodia decidiu não mais retomar as atividades em sua fábrica de Cubatão, na Baixada Santista. Por decisão ...

[16-Jan-2002] PS/Petro e Quim
Aprox. 150 Palavras

16. Rhodia decide deixar Cubatão

(<http://www1.investnews.net/inn/bngm/popdir.asp?log=1>)

São Paulo, 16 de janeiro de 2002- A Rhodia decidiu não mais retomar as atividades em sua fábrica de Cubatão, na Baixada Santista. Por decisão ...

[16-Jan-2002] GM
Aprox. 400 Palavras

• Notícias de Jornal.

Sexta-feira, 18 de janeiro de 2002

Jornal Diário de São Paulo

Desativação da fábrica da Rhodia em Cubatão é considerada tardia

Dimas Marques

Ambientalistas também são contra a queima de material

A decisão da Rhodia anunciada nesta semana de desativar e desmontar a Unidade Química de Cubatão foi considerada tardia por ambientalistas e ex-funcionários. As atividades da fábrica foram responsáveis pela contaminação de áreas com resíduos organoclorados, considerados mutagênicos e cancerígenos.

“Se essa atitude tivesse sido há algumas décadas, muita gente teria deixado de ser contaminada”, disse o presidente da Associação de Combate aos Poluentes Organo Persistentes, Jeffer Castelo Branco.

Em 1966, produtos organoclorados começaram a ser fabricados na indústria, que pertencia à Clorogil. No início da década de 70, a empresa foi comprada pela Rhodia e, em 1976, depósitos clandestinos de resíduos tóxicos começaram a ser descobertos em Cubatão, São Vicente e Itanhaém.

Em 1993, por ordem judicial, as atividades foram suspensas. A fábrica chegou a produzir hexaclorobenzeno na década de 60, substância conhecida como pó-da-china, utilizada na composição de pesticidas.. Durante a administração da Rhodia, trabalhou com tetracloreto de carbono (usado na fabricação do gás CFC, que ataca a camada de ozônio) e com percloroetileno (utilizado em solventes).

Segundo o ambientalista Carlos Bocuhy, essas substâncias estão entre as nove banidas por 120 países em conferência realizada em Estocolmo no ano passado. Bocuhy e Jeffer se são contra a incineração do material contaminado, como pretenderia a Rodhia. “Estão querendo queimar o material em Taboão da Serra. A contaminação passará a ser pela atmosfera” disse Jeffer.

A Rhodia não admite haver ligação entre a contaminação ambiental e as doenças que apareceram entre os funcionários. “Existem 156 trabalhadores contaminados. Alguns até com câncer”, afirmou Jeffer.

• **Notícias de Jornal.**

Sábado, 19 de janeiro de 2002

Na semana em que a Rhodia anuncia a desativação da fábrica e a sua saída da cidade Cubatão, um novo acidente aconteceu, expondo vários trabalhadores aos gases tóxicos durante uma semana.

Vazamento na Rhodia empesta ar de Cubatão

A Cetesb vai decidir nesta segunda-feira se multa a empresa ou faz uma advertência

Cubatão, SP - Embora esteja desativada há nove anos, por determinação da Justiça, a unidade da Rhodia localizada em Cubatão está provocando transtornos ao meio ambiente.

Um vazamento de produto químico provocou forte odor na atmosfera e foi denunciado por ex-funcionários da empresa à Cetesb.

De acordo com a Companhia Ambiental, o vazamento ocorreu devido a um furo na tubulação de uma das linhas de produção da empresa e foi detectado no último dia 13.

Pelo orifício saíram 60 litros de produto químico, o tetracloreto de carbono, que não se espalhou e está retido, desde sexta-feira, no dique de contenção, provocando forte odor.

Os técnicos vistoriaram o local, durante toda a semana, e drenaram o produto de forma a fazer com que ele não saísse da área da Rhodia.

A Cetesb vai decidir nesta segunda-feira se multa a empresa ou faz uma advertência. As instalações da Rhodia foram lacradas em 1993 devido, principalmente, à contaminação ambiental que provocou e à intoxicação dos próprios funcionários.

Cida Oliveira

• COLETIVO DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS DO CONSEMA SE MANIFESTA CONTRA A ÚLTIMO ATO DO SR. TRÍPOLLI EX-SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE.

Domingo, 20 de Janeiro de 2002

São Paulo, 19 de janeiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Secretário

Tem a presente a finalidade de informar ao CONSEMA-Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo que o Coletivo de Entidades Ambientalistas com cadastro

junto ao CONSEMA deliberou hoje, em reunião ordinária realizada na sede do SINTAEMA, à Avenida Tiradentes, 1323, na cidade de São Paulo, **por manifestar-se contrariamente ao empreendimento Usina Termelétrica Santa Branca.**

Informamos também que o Coletivo de Entidades deliberou por **manifestar seu repúdio pela realização da reunião extraordinária do Consema**, prevista para 21 de janeiro de 2002, **onde nota-se inexplicável regime de urgência** para aprovação do empreendimento, **repudiado pela comunidade local** em abaixo assinado com 3.500 (três mil e quinhentas assinaturas) e **contestado por pareceres de iminentes técnicos e cientistas, motivo pelo qual - dentre outros que levaram a bancada ambientalista a afastar-se desse conselho - o Coletivo de Entidades deixa de reconhecer qualquer legitimidade na aprovação do empreendimento pelo CONSEMA.**

Finalmente, solicitamos a atenção de V.S. para que essa **manifestação venha a constar dos anais da referida reunião.**

Atenciosamente

CEAC

• ACORDOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS ESTIMULAM EMPRESAS A PROCESSAR GOVERNOS EM DETRIMENTO DO MEIO AMBIENTE.

Terça-feira, 22 de janeiro de 2002

A empresa americana Crompton Corporation's está processando o Governo Canadense, fundamentado no Capítulo 11 do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte). O Cap. 11 dá o direito às empresas de processar o governo de um país participante, quando seus investimentos internacionais forem feridos por Leis ou regulamentos nacionais. A empresa em questão exige a reparação de 100.000.000 dólares, pois alega que a decisão do governo canadense de proibir o LINDANE (Hexaclorociclohexano) em sua lavoura trouxe prejuízos aos investimentos para empresa americana.

Segundo informações, O LINDANE é proibido nos Estados Unidos, mas não no Canadá, pois a Agência reguladora daquele País não considerava a substância tóxica para o uso a que se destinava. Ocorre que para o NAFTA, uma substância para ser proibida há de ser também nos dois países interessados.

O Lindane é tóxico, persistente no ambiente e bioacumulativo, assim possui todas as características altamente indesejáveis dos POPs - poluentes orgânicos persistentes. Na saúde é um conhecido neurotóxico em seres humanos, há informações de que causa

ataques apopléticos, tremores, deterioração da memória, irritabilidade. É também um conhecido interferente hormonal em animais, capaz de causar sérios efeitos no sistema reprodutor e no desenvolvimento. O lindane é um suspeito carcinogênico e causa padrões de onda anormais no cérebro com interferência no aprendizado e na regulação da temperatura, bem como hiper-atividade, ansiedade e outras alterações no comportamento.

Há alguns anos, o Governo canadense também tentou normatizar o MMT, um aditivo para gasolina, com preocupações relacionadas à saúde pública, e a empresa Etyl Corp, também processou por prejuízos na ordem de 10 milhões de dólares, assim, o Governo daquele país não só voltou atrás na proibição, como também pagou os prejuízos alegados. Infelizmente este dispositivo apoiado nos acordos de livre comércio acaba beneficiando as indústrias poluidoras em detrimento do bem público.

A IPEN - International POPs Eliminations Network, uma rede internacional de mais de 350 ONGs em volta do mundo, unidas em busca e eliminação dos POPs, preocupada com este e outros dispositivos internacionais que possam surgir em novos acordos comerciais, que dificultam a eliminação desses tóxicos em detrimento da Convenção de Estocolmo para o banimento dessas substâncias, construiu um manifesto em apoio ao Governo Canadense, contra os interesses pouco nobres da Empresa postulante.

Clique e leia o documento (versão em inglês):

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/Crompton.pdf

• SEMINÁRIO.

Segunda-feira, 28 de janeiro de 2002

A ACPO encaminhou trabalho denominado "CONTAMINAÇÃO POR USO DO MERCÚRIO" elaborado pela Dra. Cecília Zavariz para o projeto Avaliação Global do Mercúrio, organizado pela UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Neste trabalho a ACPO esta associada ao grupo de trabalho denominado BAN-HG-WG - uma coalizão de ONGs espalhadas nos cinco continentes ao redor do mundo, contando atualmente com aproximadamente 30 entidades lutam pelo banimento global do mercúrio: <http://www.ban.org/Ban-Hg-Wg/>

Clique para ler o Artigo (versão em português):

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/Dra_Zavariz.pdf

FEVEREIRO

• Notícias de Jornal.

Domingo, 03 de fevereiro de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Comissão denuncia risco em depósito químico

Da Reportagem

Carlos Ratton

A mobilização das autoridades e da comunidade da região, para obrigar que a Rhodia, antes de deixar Cubatão, elimine totalmente a Estação de Espera da empresa, localizada entre os Kms 67 e 69 da Rodovia Pedro Taques (que dá acesso à Rodovia Padre Manuel da Nóbrega), está sendo reivindicada pela Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO). Isso porque, nesse local, estão acumuladas quase 30 mil toneladas de produtos cancerígenos, pondo em risco a vida de centenas de moradores da área continental de São Vicente.

O diretor de comunicação da entidade, João Carlos Gomes, resolveu, juntamente com uma comissão de funcionários e ex-funcionários da multinacional, iniciar uma mobilização popular para cobrar responsabilidades da empresa, que teve suas atividades suspensas na região desde junho de 1993, por determinação da Justiça.

A direção da Rhodia decidiu, recentemente, desativar em definitivo a Unidade Química de Cubatão em virtude de o Ministério Público ter comprovado a contaminação do meio ambiente por organoclorados (hexaclorobenzeno ou HCB) e também pelo pentaclorofenato de sódio, mais conhecido como pó-da-china, pela unidade fabril, em depósitos irregulares espalhados em diversos pontos de Cubatão, São Vicente e Itanhaém.

“Particularmente em São Vicente, um dos depósitos é essa Estação de Espera que, na verdade é um imenso aterro de lixo tóxico, de alta periculosidade, que está há nove anos no local de forma inadequada. A estação foi projetada para comportar 12 mil toneladas, mas já abriga mais que o dobro de lixo tóxico”, explica Gomes.

Perigo - O diretor da ACPO diz não ter dúvida quanto aos perigos de uma possível expansão dos produtos tóxicos, a partir da estação, comprometendo o solo e o lençol freático das imediações. “Se houver algum vazamento, devido à sobrecarga, centenas de pessoas podem ficar sob risco, principalmente quem se utiliza de poços artesianos

e consome frutos do mar retirados do Canal dos Barreiros, que já se encontra sob suspeita de contaminação”.

Segundo João Gomes, além do HCB e do pó-da-china, no local existem diversos outros agentes tóxicos, como a dioxina, chamada de Molécula da Morte. “Esses produtos provocam no ser humano problemas reprodutivos, hormonais, neuropsicológicos, dermatológicos e ainda o câncer. O HCB, por exemplo, está entre os 12 poluentes mais perigosos do mundo”, disse ele, salientando que o Brasil assinou um tratado, elaborado pela ONU, comprometendo-se a paralisar completamente a produção do HCB, devido ao risco para o meio ambiente e para a saúde pública.

Gomes e os demais membros da comissão esperam mobilizar não só a população de São Vicente, mas também de toda a região, no sentido de cobrar uma ação mais eficaz da Rhodia para recuperar a área e solucionar o problema ambiental.

Audiência - O vereador Alfredo Moura (PPS), que acompanha o trabalho da comissão, disse que, após o término do recesso parlamentar, vai sugerir uma audiência pública, na Câmara, com a participação de políticos, lideranças comunitárias e população em geral, visando cobrar responsabilidades da empresa.

“Vou fazer um levantamento de todos os processos e condenações da Rhodia; vou querer saber se a Prefeitura foi omissa na ocasião da contaminação e o que foi feito do dinheiro das multas pagas pela empresa”. Ele vai sugerir também que o material depositado na Estação de Espera seja removido para a área da fábrica da multinacional em Cubatão, que será desmontada.

Moura também pretende responsabilizar as pessoas que vendem terrenos na área continental, próximos aos trechos contaminados, e também os representantes do Poder Público que permitiram o aterro e a instalação de redes de água e energia elétrica nesses locais.

“Queira Deus, para o bem de políticos omissos e pessoas que defenderam a Rhodia, que as áreas próximas à estação não tenham sido contaminadas. A população não vai pagar por essa irresponsabilidade”, disse o vereador.

• **BANCADA AMBIENTALISTA RETORNA AO CONSEMA.**

Terça-feira, 05 de fevereiro de 2002

Executando o deliberado no dia 19 de janeiro de 2002 na reunião do Coletivo das Entidades Ambientistas do Consema - CEAC, foi realizada uma reunião no dia 05 de fevereiro de 2002 com o recém empossado Secretário do Meio Ambiente José

Goldemberg, marcando a volta da bancada ambientalista às atividades junto ao CONSEMA, um documento apontando as falhas e sugerindo soluções foi apresentada ao Secretário que se comprometeu analisar e retornar ao ali colocado.

• CONTAMINAÇÃO DO LEITE MATERNO.

Quarta-feira, 06 de fevereiro de 2002

O leite materno tem sido muito castigado nas últimas décadas pela contaminação química ambiental. Vários especialistas, médicos e cientistas têm levantado suas vozes alertando para este fato, inclusive os vários efeitos que esta contaminação tem causado aos fetos e recém nascidos. No Brasil, a **Dra. Agnes Soares da Silva**, foi uma das primeiras autoridades no assunto a relatar as graves contaminações do leite materno na Baixada Santista.

Recentemente, a especialista americana **Dra. Sandra Steingraber**, escreveu o livro "Tendo Fé: Uma Jornada de Ecologista para Maternidade", onde aborda os aspectos da contaminação do leite materno. Em seu site <http://www.steingraber.com/index.html> a autora fala sobre seu trabalho e assim selecionamos algumas das várias questões importantes que foram respondidas pela Ph.D. Sandra Steingraber:

Seu livro fala sobre a contaminação química do leite materno ao redor do mundo. Ainda assim você escolheu amamentar suas crianças. Por quê?

Falando como uma mãe, eu posso dizer que amamentar foi uma alegre experiência e liberação materna. Estendeu a relação simbiótica entre eu e minha criança que eu sentia tão sutilmente enquanto estava grávida, e me livrou de comprar e preparar papinha e da limpeza de garrafas. Falando como uma bióloga, eu posso dizer que o leite materno é a melhor alimentação para os bebês, muito mais superior que as fórmulas infantis. O leite materno está literalmente vivo: possui células sanguíneas brancas que conferem proteção contra doenças. Contém açúcares especiais e gorduras que ajudam costurar os neurônios junto ao cérebro. Protege contra diabete, obesidade, artrite juvenil, e certos cânceres. O leite humano é insubstituível. E ainda assim, também se tornou o alimento humano mais quimicamente contaminado do planeta. Está na hora de iniciar um debate público sobre este problema.

Sobre que tipo de contaminantes você está falando?

Agrotóxicos, retardantes de chama, desodorizador de banheiro, venenos térmita, **solvente de lavagem a seco**, PCBs, dioxinas. Estes são contaminantes comuns do leite materno nos Estados Unidos e outros países industrializados...

Você diz que protegendo o ecossistema estaremos protegendo o corpo de uma mãe. Assim o que podemos fazer para ajudar proteger?

Muito. Por exemplo, o Conselho de Pesquisa Nacional, recentemente calculou que 60.000 bebês estão nascendo a cada ano com risco de problemas neurológicos e inaptidão para o aprendizado devido a exposição ao **mercúrio** antes de nascimento. Sem dúvida, nossa fonte principal de mercúrio é dietética, em especial de peixes e frutos do mar. E nos Estados Unidos, a principal fonte de emissão para contaminação de peixes pelo mercúrio são as usinas que queimam carvão (as termelétricas a carvão) permitindo lançar muito mercúrio na atmosfera atualmente. Para resolvendo o problema das crianças afetadas pelo mercúrio, requer que repensemos nossas políticas de energia. Semelhantemente, nós precisamos libertar a agricultura de sua dependência atual em agrotóxicos que são potentes neurotóxicos. Fontes de energia renováveis e agricultura orgânica são excelentes cuidados para um bom pré-natal.

Você chamou o problema como um abuso dos direitos humanos. Você pode explicar?

Mesmo que os benefícios de amamentar excedam em valor os riscos de não amamentar, a contaminação do leite materno infringe o direito da criança a uma alimentação segura, além da segurança das pessoas. Viola uma comunhão sagrada. Sabemos que a amamentação é uma das relações mais fortes dos laços humanos. Este ato de amor não deveria representar uma transferência tóxica da mãe para criança.

• **Notícias de Jornal.**

Sexta-feira, 08 de fevereiro de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Movimento exige fim do lixão da Rhodia

Da Reportagem

Uma reunião realizada na manhã de ontem, na Câmara de São Vicente, com a participação dos vereadores Alfredo Moura (PPS); Wagner Moura (PSB-Cubatão), a deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT) e membros da Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO) deram início ao Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia. O objetivo é cobrar da empresa a total eliminação da estação de espera, onde estão cerca de 33 mil toneladas de lixo tóxico.

A estação fica entre os quilômetros 67 e 69 da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega, trecho de Pedro Taques, na área continental. Os integrantes do movimento também querem uma solução para as demais áreas afetadas na região.

No encontro, ficou definido que na próxima semana será marcada a data de um fórum regional envolvendo representantes de todos os nove municípios da Baixada Santista, inclusive do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb), para discussão e coleta de elementos documentais. O objetivo é exigir da empresa a recuperação ambiental e atitudes concretas para a preservação da saúde de moradores das imediações da estação.

Conforme já foi dito pelo diretor de Comunicação da ACPO, João Carlos Gomes, em caso de vazamento, os moradores estariam expostos a produtos de alta periculosidade, muitos deles causadores de doenças graves, como o câncer.

Para a deputada Maria Lúcia Prandi, falta educação ambiental à população, que não tem conhecimento dos perigos. Ela sugeriu que após o fórum seja realizada uma audiência pública e, posteriormente, que o problema seja discutido nas redes públicas municipais.

“As crianças precisam de formação ambiental, para justamente evitar que, futuramente, aconteçam problemas como este”. Ela prometeu levar a questão para discussão também na Assembléia Legislativa e pedir à Comissão de Meio Ambiente da Câmara que acompanhe o caso não só de São Vicente, mas de Cubatão e demais cidades da região que foram afetadas. Alertou ainda que uma emenda de sua autoria, prevendo verbas para a realização de um acompanhamento técnico da situação da saúde da população próxima às áreas afetadas, não foi incluída no orçamento do Estado.

Abaixo-Assinado - Paralelamente, ficou definido também para os próximos dias a elaboração de um abaixo-assinado, reunindo milhares de moradores da região, e a conscientização, por intermédio de um carro de som, que percorrerá os bairros próximos às áreas afetadas pelo lixo tóxico.

Em São Vicente, nas imediações dos quilômetros 67 e 69 da Manuel da Nóbrega, trecho de Pedro Taques, estão situados os bairros do Jardim Rio Branco e Parque das Bandeiras, que, juntos, abrigam quase 25 mil moradores.

Ainda ontem, o vereador Alfredo Moura apresentou cópia de um requerimento que será enviado pela Câmara à Curadoria de Meio Ambiente, solicitando informações sobre a situação atual da ação movida contra a Rhodia.

“Segundo análise de um processo encaminhado pela Coordenadoria das Promotorias Públicas do Estado de São Paulo, fiquei sabendo que a Cetesb também teria sido ré no caso da Rhodia. No entanto, a Cetesb é que vem analisando e apresentando resultados sobre o controle da área afetada. Isso é um absurdo. Vamos exigir laudos de outro órgão”.

• EMPRESA TONOLLI PROMOVE EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL E URBANA AO CHUMBO EM JACAREI - SP.

Sexta-feira, 15 de fevereiro de 2002

No dia 15 de fevereiro de 2002, a convite do Sr. José Gonçalves Mendonça diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, uma comissão da ACPO esteve em reunião com trabalhadores da empresa TONOLLI patrocinadora de grande contaminação ocupacional e urbana na cidade de Jacareí, presentes na reunião estavam além dos trabalhadores, vários diretores deste e de outros Sindicatos e também os ambientalistas Vicente de Moraes Cioff e José Moraes Barbosa ambos do Fórum Permanente em Defesa da Vida.

Na reunião pudemos levar um pouco do caso Rhodia aos trabalhadores contaminados por chumbo pela empresa e ao final deliberam pela formação de uma comissão de trabalhadores que tentará unir os trabalhadores a um objetivo comum e acompanhar junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo a Representação que foi aprovada por todos os trabalhadores presentes.

Clique para ler a Representação oferecida ao MPE:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/MPE_JACAREI.pdf

• COMITIVA PETISTA FAZ EXERCÍCIO DE IGNORÂNCIA E CONFUNDE OPINIÃO PÚBLICA EM VISITA A EMPRESA POLUIDORA NA CIDADE DE CUBATÃO.

Domingo, 17 de fevereiro de 2002

Manifestos contra a conclusão dos deputados e vereadores que compuseram a comitiva:

To: <dep.josegenoino@camara.gov.br>

Sent: Sunday, February 10, 2002 8:01 PM

Subject: lamentável

Caro Deputado;

Hoje, sinto nas costas o peso dos anos passados, começo a perder o vigor para o embate, já não me proponho mais a certas estrepolias: o corpo não responde.

Vejo meu barco passar ao largo carregado de sonhos não realizados, mais já não há mais como voltar, o tempo de fazer o que não foi feito já passou.

Acredito com isso, que os homens com o tempo vão perdendo seus sonhos, o vigor para enfrentar batalhas, a ternura que falou Che, enfim, vão cansando....

Hoje assisto feliz vossa excelência se lançar candidato ao governo de São Paulo, o estado mais poderoso do País; quem diria, quem poderia pensar, embrenhado nas selvas do Araguaia, que um dia vossa excelência almejaria tal posto político.

Logicamente, o homem de ontem não é mais o de hoje e é isso que assusta. Por isso lhe peço: não perca a humildade, não confunda sua posição no front, não perca o vigor pela luta, não perca o desejo de lutar pelos mais pobres e pelos trabalhadores. Eu, que depusitei inúmeros votos em nome de vossa excelência, assisto o PT modificar totalmente sua postura, notou que o radicalismo não funciona e cansou de ver o Lula ser derrotado. No entanto, toda mudança deve ser feita com calma, ela não pode ser feita de forma radical, caso contrário logo não saberemos quem é um deputado do PT e um do PFL, pois as posturas se confundem. Na cidade de São Paulo o povo ainda aguarda o início da gestão da Marta. Onde está aquele PT?

Mais vamos ao fato que me leva a escrever-lhe: Vossa excelência, em conjunto com outros políticos do PT estiveram em visita (não se sabe a convite de quem....)à uma fábrica de Cubatão, a Carbocloro, indústria que utiliza em seu processo industrial o metal pesado mercúrio. A comitiva do PT (como um verdadeiro exército vermelho...)saiu em defesa daquela indústria como modelo disso e daquilo, saíram maravilhados com as flores, com a lagoa, com os peixinhos, com o almoço, foi tudo encantador.

E é aí que o trabalhador pergunta, foi o Genoíno mesmo que esteve lá, foi ele mesmo que falou aquelas coisas....? Pois bem nobre deputado, vossa excelência conhece a ação civil proposta pelo Ministério Público Federal tendente a proibir aquela indústria de utilizar o mercúrio em seu sistema de produção? Leu os documentos que acompanham o processo?

Sabe quantas toneladas de mercúrio foram lançadas ao meio ambiente por aquela indústria? Assistiu o despejo diário de toneladas de efluentes carregados de mercúrio ao rio? Sabe quanto há de mercúrio enterrado naquele solo que vossa excelência pisou? Conheceu o sistema de aumento do fluxo de saída de líquidos da Carbocloro

para burlar as coletas da Cetesb (que aliás avisava com antecedência dia e hora da coleta)? Conhece o paradeiro de inúmeras toneladas de dejetos contaminados por mercúrio que a Carbocloro não consegue explicar onde enterrou? Vossa senhoria conhece o trabalho sério realizado por médicos que apontam inúmeros trabalhadores da Carbocloro contaminados por mercúrio? Conhece o fato que um dos trabalhadores contaminados ajuizou ação indenizatória contra a Carbocloro e perdeu? O laudo médico pericial está sendo averiguado pelo Conselho Regional de Medicina.

Eu vi, eu sou testemunha ocular na qualidade de ex-funcionário desta empresa, a lagoinha que tanto impressionou os petistas existe há muito tempo. Naquela época, as comitivas eram de milicos que acorriam à Carbocloro para ver os peixinhos durante o dia; a noite a casa caía; tudo que não prestava e estava acumulado em tanques (você viram muitos destes tanques lá...) era lançado ao rio, sem qualquer cerimônia, a ordem era: despejem tudo e rápido.

Eu não posso acreditar que vossa excelência conheça estes fatos e tenha feito tamanha propaganda da Carbocloro. Eu conheço sua estória e não posso acreditar em má-fé, acho mesmo que o deputado "pagou mico", o que é inadmissível.

E assim seus eleitores vão ficando confusos, o que o PT foi fazer numa fábrica que pode ter parte de suas atividades encerradas por agressão ao meio ambiente? Por que os petistas fizeram tamanha ordem de elogios a esta fábrica? Quem os convidou?

Nesse momento, o deputado deve estar com o povo da baixada santista, que precisa erradicar da região as indústrias que não respeitam o meio ambiente, como foi feito com a Rhodia. Se a população não puder contar com os militantes do PT, contará com quem? Peço-lhe que reveja sua posição, se informe melhor e se retrate perante o povo santista.

A. CORRÊA

----- Original Message -----

From: ACPO

To: presidencia@pt.org.br

Cc: genoino13@ig.com.br; dep.mercadante@camara.gov.br; mduarte@al.sp.gov.br; miprandi@al.sp.gov.br; dep.josedirceu@camara.gov.br; la@pt.org.br; formacao@pt.org.br; smad@pt.org.br; sindical@pt.org.br; mulheres@pt.org.br; movpopular@pt.org.br; sindical@nitnet.com.br; sitimsjc@netvale.com.br

Sent: Sunday, February 17, 2002 3:07 PM

Subject: Ilmo. Sr. José Dirceu

Ao
PT - Partido dos Trabalhadores
Ilmo. Sr. Presidente Nacional do Partido
DD. José Dirceu de Oliveira Silva

c/cs.

Prezado Senhor

Vimos mui respeitosamente trazer nossa manifestação sobre as declarações proferidas por representantes do Partido dos Trabalhadores na cidade de Cubatão no dia 16 de janeiro de 2002.

(mensagem no anexo - arquivo "pdf")

Clique para ler o ofício:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/Ao_PT.pdf

• **Notícias de Jornal.**

Quarta-feira, 20 de fevereiro de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Reunião discute eliminação de Lixo Químico

Da Reportagem

Uma grande reunião ao ar livre, acompanhada de coleta de assinaturas, no dia 16 de março, às 9 horas, no Humaitá, e uma audiência pública no dia 5 de abril, às 10 horas, na Câmara, envolvendo representantes dos nove municípios da região. Essas foram as duas medidas definidas ontem de manhã, no encontro realizado no Legislativo, envolvendo políticos, ambientalistas e lideranças comunitárias e integrantes do Movimento Metropolitano Contra o Lixo Químico da Rhodia, iniciado há duas semanas.

“Tivemos aqui cerca que 40 pessoas. Na próxima quarta-feira, às 10 horas, faremos uma nova reunião para definir datas e discutirmos os próximos passos de nossa luta, que já conta com a adesão de vereadores, deputados e lideranças de toda a região”, disse o vereador vicentino Alfredo Moura (PPS).

O encontro contou com a participação dos vereadores santistas Ademir Pestana (PPS); Odair Gonzalez (PPB) e Sueli Morgado (PT); e do cubatense Wagner Moura (PSB).

Requerimento - Na reunião, foram apresentadas cópias de requerimentos da deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT), encaminhados à Procuradoria Geral da Justiça; à Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa; à Procuradoria do Ministério Público e outros órgãos, destacando os motivos do movimento.

O principal alvo das discussões é a Estação de Espera da Rhodia, localizada entre os quilômetros 67 e 69 da Rodovia Pedro Taques (acesso à Padre Manuel da Nóbrega), na área continental de São Vicente. Segundo denúncia dos dirigentes da Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO), confirmada pela própria empresa, a Estação abriga cerca de 33 mil toneladas de lixo tóxico.

Além de garantias de preservação da saúde dos moradores da área continental de São Vicente e de cobrar a recuperação ambiental, os integrantes do movimento também pedem uma solução para as demais áreas afetadas na região, em Cubatão e Itanhaém.

Sem risco - Em entrevista recente a A Tribuna, o consultor da Rhodia, Plínio Carvalho garantiu que a Estação de Espera não representa risco à população. Ele afirmou que a área está totalmente recuperada, com monitoramento permanente e tratamento de águas subterrâneas. E argumentou que os produtos ali depositados estão isolados, não produzem gases e nem vazamentos. “Não há absolutamente risco algum para as pessoas que moram nas imediações”, disse ele.

Estação - Carvalho revelou que no local existe ainda uma estação de tratamento de águas subterrâneas, cujo bombeamento, além de puxar a água contaminada, gera uma inversão imediata do fluxo das águas, evitando que atinjam os rios e mangues da região.

• WORKSHOP DO MERCÚRIO.

Sexta-feira, 22 de fevereiro de 2002

São Paulo – nos dias 20 e 21 de fevereiro aconteceu o Workshop Avaliação Global do Mercúrio - Uma Contribuição Brasileira ao Projeto Internacional - A ACPO participou do evento e ofereceu um trabalho sobre os problemas da Baixada Santista relacionados com contaminação por mercúrio.

Folder do Evento:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/FOLHETO_Hg.pdf

Documento Apresentado pela ACPO (1,3MB):

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/WSM2002.pdf

Dra. Cecília Zavariz:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/Dra_Zavariz.pdf

MARÇO

• PROVÁVEL BANIMENTO DO PERCLOROETILENO.

Terça-feira, 05 de março de 2002

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), realizou no dia 05 de março de 2002, em sua sede em Brasília - DF, a última reunião antes da regulamentação final cujo objetivo é o banimento do percloroetileno no Brasil para lavagem a seco de roupas e outros usos.

A Anvisa recebeu 41 manifestações após sua **CONSULTA PÚBLICA Nº 78** sobre o tema, sendo 35 delas a favor das intenções da Anvisa e 6 manifestações contrárias às intenções da Anvisa.

O encontro transcorreu em um ambiente democrático com 5 pessoas fazendo a defesa do uso do percloroetileno com algum tipo de regulamentação, 3 pessoas em uma posição neutra, e a ACPO - uma associação civil composta por 150 antigos trabalhadores de uma indústria química que fabricava percloroetileno (RHODIA), representada por seu Diretor Presidente e ainda um técnico da indústria de lavagem a seco apoiaram as intenções da Anvisa, evidenciando todos os problemas sanitários que o percloroetileno já causou no Brasil e nos Estados Unidos da América, apesar de todas as regulamentações existentes naquele país. Estes problemas afetam a saúde de trabalhadores e cidadãos.

A Anvisa convidou também 2 representantes de processos alternativos, como Hidrocarbono e Greenerth (Silicone Líquido) além de um técnico do D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho).

As alternativas já existem, são os hidrocarbonos para lavagem a seco foram introduzidos para esta finalidade pela primeira vez no Brasil em 1988. Nos Estados Unidos produtos como o EXXON DF - 2000 só surgiram em 1994. Os hidrocarbonos apresentam-se como sendo biodegradáveis, não persistentes, não bioacumulativos e infinitamente menos tóxicos que o percloroetileno uma substância tida como potencialmente cancerígena

A Anvisa agora irá ponderar todas as informações recebidas e submeterá à diretoria colegiada o texto final da regulamentação. Após este passo a resolução será publicada.

Clique e leia a manifestação formal da ACPO nesta última reunião:
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/3-ANVISA.pdf

• **Notícias de Jornal.**

Quarta-feira, 06 de março de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Câmara exige explicações sobre lixo químico
Da Reportagem

A Câmara de Cubatão quer que a Prefeitura e o Ministério Público esclareçam a população sobre as providências que estão sendo tomadas para evitar que o lixo químico da Rhodia venha a comprometer os lençóis freáticos de rios como o Perequê e Pilões, que abastecem a região.

Apesar da garantia que vem sendo dada pela Rhodia e pela Cetesb de que não há esse comprometimento, o pedido de explicações será apresentado na próxima terça-feira, pelo vereador Wagner Moura (PSB).

Por iniciativa desse vereador, a Câmara de Cubatão passou a integrar ontem o Movimento Metropolitano Contra o Lixo Químico da Rhodia na Baixada Santista. O engajamento, que começou a ser delineado em fevereiro, quando Moura participou de ato na Câmara de São Vicente, deverá estender-se também aos demais legislativos da Baixada.

No encontro de ontem, realizado no anfiteatro da Câmara de Cubatão, ficou acertado que haverá uma manifestação pública no dia 16 de março, a partir das 9 horas, no Quarentenário, em São Vicente, onde fica a estação de espera com lixo tóxico da Rhodia.

Audiência - O objetivo dessa manifestação é recolher assinaturas para uma audiência pública a ser realizada no dia 5 de abril, às 10 horas, na Câmara de São Vicente, com a participação de representantes do Ministério Público de todas as cidades da região. Participaram da reunião em Cubatão os vereadores Romeu Magalhães (PPS), Márcia Rosa (PT), Luiz Rosa (PPB), Geraldo Guedes (PGT), Walter Pinheiro (PSDB), Ademir Pestana (PPS-Santos) e Alfredo Moura (PPS-São Vicente).

A idéia de exigir que a Rhodia adote ações mais eficazes para recuperar as áreas degradadas com o lançamento desse lixo na década de 70, em pontos da Baixada

Santista, partiu das representações políticas de São Vicente, em fevereiro, diante da presença da maior quantidade de resíduos de organoclorados na região de Samaritá.

Os vereadores apóiam o movimento ambientalista formado principalmente por ex-funcionários da fábrica da Rhodia-Química, em Cubatão. E querem, principalmente, a recuperação ambiental da região de Samaritá, em São Vicente, onde foram lançadas 33 mil toneladas de lixo tóxico na estação de espera, entre os quilômetros 67 e 69 da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega, trecho de Pedro Taques.

• Notícias de Jornal.

Sexta-feira, 15 de março de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Grupo cobra ações contra lixão da Rhodia

Da Reportagem

Integrantes do Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia, entre eles a deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT) e os vereadores Alfredo Moura (São Vicente) e Ademir Pestana (Santos), ambos do PPS, realizaram ontem, em frente à Estação de Espera da empresa, em São Vicente, uma rápida manifestação para anunciar que amanhã, a partir das 9 horas, será realizado, em vários bairros da área continental, um grande movimento popular de esclarecimentos e conscientização sobre a situação dos depósitos de lixo químico da Rhodia na região.

“Serão três atos públicos, no período da manhã. O primeiro irá ocorrer no Quarentenário, o segundo na Praça Brasília (Parque da Bandeiras) e o terceiro na Praça Central de Humaitá. Além da conscientização dos moradores, vamos recolher assinaturas para o abaixo-assinado que já tem quase 12 mil adesões e que servirá para reforçar o movimento”, revelou o vereador Alfredo Moura que, junto com os demais integrantes do grupo colocou faixas no portão principal de entrada da estação.

Estação - Segundo o técnico de segurança, Jaime Euclides de Santana, que está afastado da empresa e que também integra o Movimento, além das 33 mil toneladas de lixo tóxico, a Estação de Espera da Rhodia, localizada entre os Kms 67 e 69 da Rodovia Pedro Taques (acesso à Padre Manuel da Nóbrega), abriga ainda 66 tambores de Pentaclorofenol puro, “produto que é extremamente prejudicial à saúde”.

A deputada Maria Lúcia Prandi alertou que fará um pronunciamento a respeito do assunto na Assembléia Legislativa e que pretende informar à Comissão de Meio

Ambiente da Casa a situação dos lixões na região e os rumos do movimento. “Vamos juntar forças para exigir providências definitivas da empresa, no sentido de minimizar a o impacto ambiental”.

O vereador santista Ademir Pestana também mostrou-se preocupado com os depósitos de lixo tóxico espalhados pela região. “Não podemos mais aceitar esse tipo de passivo. Temos que trabalhar de forma metropolitana, para impedir a instalação de empresas poluentes da região e exigir a recuperação das áreas degradadas”.

• Notícias de Jornal.

Segunda-feira, 18 de março de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Grupo faz protesto contra a Rhodia

Da Reportagem

Representantes do Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia, com auxílio de um carro de som, realizaram ontem (dia 16/03/2002), nos bairros da área continental de São Vicente, uma ampla campanha popular visando esclarecer os moradores sobre os perigos dos depósitos de lixo químico da empresa espalhados pela região.

Entre os participantes do ato estavam o vereador vicentino Alfredo Moura (PPS) e a deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT). A manifestação reuniu, também, representantes de entidades comunitárias e simpatizantes da campanha.

Além de percorrer os bairros, os líderes do movimento realizaram três atos públicos. O primeiro ocorreu no Quarentenário, por volta das 9h30. De lá, os manifestantes seguiram para a Praça Brasília (Parque da Bandeiras) e, posteriormente, para a Praça Central de Humaitá. Além da conscientização dos moradores, foram distribuídos panfletos e recolhidos nomes para um abaixo-assinado, que já tem quase 12 mil adesões.

Estação – Embora venha garantindo que não há perigo algum para a população das imediações, a própria Rhodia confirma que somente na Estação de Espera da empresa, localizada entre os Kms 67 e 69 da Rodovia Pedro Taques (acesso à Padre Manuel da Nóbrega), existem 33 mil toneladas de lixo tóxico. Há informações de que o local também abriga 66 tambores de Pentaclorofenol puro, produto que é extremamente prejudicial à saúde.

• Notícias de Jornal.

Terça-feira, 19 de março de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Instalação da termelétrica está indefinida

Da Reportagem

Cubatão corre o risco de perder um investimento de US\$ 650 milhões (cerca de R\$ 1,5 bilhão), diante da indefinição da Petrobras em manter o programa de construção de usinas termelétricas no País, o que afetaria o projeto da Central de Cogeração de Energia Elétrica (CCBS), previsto para ser implantado na Refinaria Presidente Bernardes. A obra, com início marcado para abril, pode ser suspensa ou, na melhor das hipóteses, adiada, em função de uma política de preços no mercado de energia desfavorável à utilização de gás, diante do custo mais baixo no uso de hidrelétricas.

A diretoria da empresa Marubeni, parceira da Petrobras nesse empreendimento da CCBS, considera essa situação como resultado de uma avaliação de mercado. Mas, confia que o projeto de construção da usina termelétrica será mantido (ver matéria nesta página).

O programa de construção da termelétrica começou quando a Petrobras decidiu transformar-se em uma empresa de energia e não apenas de refino, em meados da década passada, aproveitando o gás de seus poços.

Gás - Em busca da garantia de outras fontes de energia, principalmente com o uso desse gás, a Petrobras encomendou, diretamente ou em parceria com empresas consorciadas (como a Marubeni, em Cubatão), 12 turbinas à General Electric, tendo aplicado US\$ 220 milhões na compra de seis delas. As duas únicas turbinas desse lote já entregues, estão em Cubatão.

Mas, a mudança na política de prioridades e principalmente o alto custo da energia gerada a partir dessa matriz, obrigou a estatal a repensar o projeto. A definição se continua com o programa deve sair até junho, segundo fontes da Petrobras.

Em caso de confirmação da suspensão da obra, a Petrobras revenderia as turbinas no mercado externo (a mercadoria é muito disputada), ou, na melhor das hipóteses, o equipamento ficaria armazenado na Cidade, até que o mercado fosse favorável à construção da usina.

A definição do mercado de energia alternativa é essencial a essa definição. Com os reservatórios das hidrelétricas cheios e o sucesso do programa de controle de energia assimilado pela população, o custo da energia produzida a partir do gás ficará, segundo previsão de especialistas, acima dos preços de mercado.

Mais caro - Produzir energia a gás, incorporando o custo da obra, ficaria mais caro que usar água com o mesmo propósito, em usinas já instaladas.

Além disso, o custo de manutenção das turbinas usadas para produzir energia a partir da pressão do gás gira em torno de US\$ 10 milhões anuais para cada usina. Esse custo é considerado alto demais se comparado com o de turbinas de hidrelétricas.

No ano passado, a Petrobras promoveu uma revisão no programa de investimentos em termelétricas, e, diante das novas perspectivas de mercado, cogitou adiar por tempo indeterminado os projetos das usinas de Cubatão (SP), Ibitaré (MG), Canoas (RS), Piratininga (SP) e Três Lagoas (MS).

A construção da usina, que começaria em abril, foi viabilizada através de um convênio entre a estatal e a empresa Marubeni e deve consumir investimentos da ordem de US\$ 650 milhões nos próximos cinco anos.

O principal argumento para a instalação de usinas a gás é o fracasso do Governo na criação do mercado atacadista de energia.

• Notícias de Jornal.

Domingo, 24 de março de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Poluição ambiental motiva desativação de fábrica

Da Reportagem

A Rhodia teve suas atividades suspensas na região em junho de 1993, por determinação da Justiça. Recentemente, a empresa desativou a sua unidade de Cubatão, mantendo apenas uma equipe que continuará no processo de descontaminação das áreas atingidas pelo lixo químico da empresa.

A suspensão das atividades da fábrica deu-se em virtude de o Ministério Público ter comprovado a contaminação do meio ambiente por organoclorados (hexaclorobenzeno ou HCB) e também pelo pentaclorofenato de sódio, mais

conhecido como pó-da-china, em depósitos irregulares espalhados por São Vicente, Cubatão e Itanhaém.

No final de janeiro passado, foi criado em São Vicente, por políticos, lideranças comunitárias e membros da ACPO e do recém-criado Movimento Metropolitano Contra o Lixo Tóxico da Rhodia.

O objetivo do movimento, segundo suas lideranças, é obrigar a Rhodia a eliminar definitivamente, da Estação de Espera localizada entre os Kms 67 e 69 do acesso Pedro Taques, da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega, as cerca de 33 mil toneladas de lixo tóxico ali depositadas. Os criadores do movimento também exigem a eliminação dos outros produtos químicos encontrados em Cubatão e Itanhaém.

Conforme membros da ACPO, não há dúvidas quanto ao risco de uma possível expansão dos produtos tóxicos, a partir da Estação de Espera em São Vicente, comprometendo o solo e o lençol freático das imediações.

Eles alertam que, além do HCB e do pó-da-china, na Estação existem diversos outros agentes tóxicos, como a dioxina, chamada de Molécula da Morte, que provoca uma série de problemas de saúde, inclusive o câncer.

Eles garantem que o HCB está entre os 12 poluentes mais perigosos do mundo e que o Brasil assinou um tratado, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), se comprometendo a banir completamente a produção do HCB, tamanho o risco para o meio ambiente e para a saúde pública.

Ação civil

Na representação de nº. 13122001, encaminhada ao Ministério Público Federal, a ACPO pede uma ação civil pública contra a Rhodia; a co-responsabilidade do Governo Francês; a retirada das pessoas que moram nas imediações dos lixões químicos; o levantamento real das pessoas contaminadas; a criação de um Centro de Pesquisas e Monitoramento e um posto de atendimento de rotina, entre outras obrigações.

BS pode abrigar outros lixões de produtos químicos

Da Reportagem

Carlos Ratton

A Baixada Santista pode ter muito mais pontos clandestinos de descarte de lixo químico da Rhodia, dos que os conhecidos até agora. A revelação é do engenheiro agrônomo e ex-funcionário do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ulf

Palme, para quem existe a forte possibilidade de serem encontrados outros lixões químicos no trecho entre a serra e o mar, de Bertiooga a Peruíbe.

O especialista está sendo indicado pelo Ministério Público Federal para atuar como perito no processo que deverá reabrir a polêmica sobre a exposição urbana aos organoclorados na região.

Entre 1977 e 1981, foram constatados despejos de resíduos tóxicos em pelo menos 10 pontos da Baixada, num raio de cerca de 80 quilômetros, longe da fábrica da Rhodia em Cubatão. Entre as áreas oficialmente descobertas estão o bairro do Quarentenário, em São Vicente; o Sítio do Coca, em Itanhaém; e uma área nas margens do Rio Perequê, em Cubatão.

Os questionamentos do engenheiro estão, segundo ele, fundamentadas em fatos reais. Conforme afirmou, em meados de 1991, o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público encaminhou ao Inpe um projeto, elaborado pela Rhodia e acompanhado pela Cetesb, intitulado Plano de Ação para Prospecção Geoquímica de Resíduos Industriais Organoclorados por Sensoriamento Remoto. Esse projeto teria sido o responsável pela detecção dos pontos de descarte na região.

Ulf explica que, por intermédio do procurador da República, Antonio José Donizzete Molina Daloia — que reabriu o caso após receber a denúncia da Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO) — ficou sabendo que o plano teria sido implantado após aprovação do Inpe.

“Eu e outro perito, Flávio Jorge Ponzoni, éramos os responsáveis por esse trabalho no Inpe, na época. Nós não aprovamos e nem avalizamos sua implantação do projeto da Rhodia. Isso não quer dizer que ele não tenha sido aprovado posteriormente, depois da minha saída. De qualquer forma, tenho dúvidas sobre a eficácia do projeto”.

Tecnologia

O especialista, que além de trabalhar no órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia durante cerca de 15 anos, foi assistente-técnico do Ministério Público, explica que seria necessário fazer um registro fotográfico de como a região se encontra atualmente. Esse material seria, posteriormente, comparado aos registros datados de 1974 no Inpe, para a formatação de um novo projeto para identificação de todas as áreas contaminadas.

“Eu me apresentei como voluntário ao Ministério Público Federal para colaborar com as investigações e na elaboração de um novo projeto, no sentido de trazer novas revelações. Hoje existem tecnologias de ponta, com imagens de alta resolução, que

viabilizam esse projeto, que deve ser implantado diante da gravidade do problema”, disse o engenheiro, que atua como consultor de empresas da área de satélites.

ABRIL

• Notícias de Jornal – Audiência Pública "Caso Rhodia".

Sexta-feira, 05 de abril de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Comunidade pede a volta de exames

Da Reportagem

A volta da realização dos exames médicos na população que mora na área do Quarentenário e um novo levantamento aéreo para detectar possíveis novos depósitos clandestinos de produtos químicos na Baixada Santista, são as principais reivindicações que serão encaminhadas ao Governo Federal e Governo Estadual, pelos integrantes do Movimento Metropolitano contra o Lixo Tóxico da Rhodia. A decisão foi tomada na manhã de ontem, durante a audiência pública realizada na Câmara, promovida por uma Comissão Especial de Vereadores (CEV) que trata do assunto.

O evento reuniu representantes de diversos setores da Baixada Santista, além de órgãos governamentais e do Ministério Público Federal.

De acordo com o vereador Alfredo Moura (PPS), a situação da Estação de Espera da Rhodia, que concentra grande quantidade de material químico, exige uma providência imediata da empresa. “Essa estação foi projetada para durar cinco anos, mas permanece em nossa cidade há 15 anos, sem uma definição clara quanto ao seu futuro”.

Alfredo Moura disse que a comunidade está apreensiva diante da notícia da possível desativação da fábrica da Rhodia, em Cubatão. “O que nós queremos é encontrar uma solução definitiva para esse problema, que se arrasta há anos”.

Ele afirmou que técnicos ambientalistas suspeitam que existam novos pontos clandestinos de concentração de lixo químico na Baixada Santista. “Por isso, é necessário um novo mapeamento aéreo detalhado da região, para esclarecer de vez todas essas dúvidas”.

Carlos Bocuhy, integrante do Conselho Estadual do Meio Ambiente, disse que vai solicitar a imediata recuperação das áreas. Ele considera paliativas as medidas tomadas pela Rhodia. “A estação de tratamento de água, por exemplo, funciona como uma espécie de barreira hidráulica, que tenta isolar a contaminação. Porém, é necessário encontrar uma solução definitiva para esse caso. E saber se houve contaminação da população que vive em torno da área, bem como do lençol freático”.

As deputadas estaduais Maria Lúcia Prandi e Mariângela Duarte (ambas do PT) prometeram encaminhar ofícios às comissões de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, para reforçar o pedido do Movimento Metropolitano.

Estiveram presentes também à audiência o procurador do Ministério Público Federal, Antônio José Donizeto Dalóia, o vereador de Cubatão, Wagner Moura, o vereador de Santos, Ademir Pestana (PPS) e representantes da Prefeitura de Itanahém e São Vicente, além de organizações não-governamentais.

Fiscalização permanente

A gerente-regional da Cetesb, Maria da Penha de Oliveira Alencar, compareceu à audiência e garantiu que o órgão mantém uma fiscalização permanente na Estação de Espera da Rhodia, situada entre os quilômetros 67 e 69 da Rodovia Pedro Taques.

Segundo ela, os pontos de monitoramento instalados no local impedem que o produto químico armazenado provoque danos ao meio ambiente. “Com todas essas providências, não há o menor risco de haver contaminação naquela área”.

A FÊNIX AMBIENTAL

Divulga o CURSO DE MARKETING AMBIENTAL e a programação de cursos
2002.

INFORMAÇÕES COM:

Eng. Adalberton Guarani Dias da Silva Júnior
Sócio-Diretor / Fênix Ambiental Consultoria e Treinamento S/C Ltda
Professor da Central de Cursos Pós-Graduação / FAAP SP
Telefax: (0 11) - 3262-0056 / Celular: 9941-8946
adalberton@fenix-ambiental.com.br
www.fenix-ambiental.com.br

- **Ambientalistas pedem mais informações sobre áreas contaminadas.**

Sexta-feira, 05 de abril de 2002

Em reunião com Goldemberg, ONGs pedem dados e participação da sociedade na resolução de casos de contaminação industrial

São Paulo - O secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, José Goldemberg, disse nesta sexta-feira que poderá encaminhar para a Assembléia Legislativa um projeto de lei de política estadual de resíduos sólidos, desde que tenha "uma idéia clara sobre o assunto e convicção da melhor maneira de tratar o tema".

Os ambientalistas reivindicaram uma maior transparência na oferta de informações, pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), sobre áreas contaminadas no Estado e providências na resolução dos casos, como os da Rhodia, na Baixada Santista, Solvay, em Santo André, e Aterro Mantovani,

Durante o encontro, o secretário considerou a apresentação da Cetesb sobre o problema, que teria sido "burocrática, ao invés de mostrar o conteúdo dos resíduos tóxicos".

Para Marcelo Furtado do Greenpeace, as soluções devem ser discutidas caso a caso e com a participação da sociedade, como caso Solvay por exemplo. "Não pode ser uma decisão somente técnica, pois existem outros fatores envolvidos, como os sociais e políticos. Por isso, não basta convocar uma audiência pública e apenas informar os cidadãos do que será feito", disse.

Outro caso lembrado na reunião foi a Estação de Espera da Rhodia, em São Vicente. "Esse caso se desenrola há quase 20 anos, sem que uma solução definitiva tenha sido tomada. São 33 mil toneladas de resíduos tóxicos estocados sem que saiba o que fazer com eles", disse Jeffer Castelo Branco, diretor da Associação de Combate aos POPs (Poluentes Organoclorados Persistentes). O assunto foi discutido hoje, também em uma audiência pública na Câmara de São Vicente.

Para Castelo Branco, as ongs precisam de mais informações e transparência da Cetesb, para poder acompanhar de perto os casos de contaminação. O ambientalista defendeu também o incentivo da secretaria para que as empresas substituam as tecnologias poluentes por outras mais limpas já existentes.

Tanto os ambientalistas, como os técnicos da Cetesb, concordaram em um ponto: é preciso criar um fundo para garantir recursos para a descontaminação de áreas – quando não se sabe quem é o responsável ou quando ele comprovadamente não tenha

como arcar com as despesas. Esse fundo seria um dos pontos a ser incluído em uma lei que trate do assunto.

Maura Campanili / <http://www.estadao.com.br/>

• **Release da Assembléia Legislativa.**

Sexta-feira, 05 de abril de 2002

Audiência Pública exige da Rhodia medidas reparadoras pela contaminação química na Baixada

05/04/2002 - 17:14:00

DA ASSESSORIA

O Movimento Metropolitano Contra a Poluição Tóxica da Rhodia (POPS) realizou na manhã desta sexta-feira, 5/4, na Câmara Municipal de São Vicente, uma audiência pública. No evento, foi aprovada a Carta Metropolitana Pró-Medidas Reparadoras da Poluição Tóxica Gerada pela Rhodia, que tem como ponto principal exigir da Rhodia medidas reparadoras pelos danos causados ao meio ambiente e à saúde pública em consequência do despejo irregular de toneladas de lixo tóxico em diversos pontos da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Como forma de pressionar a multinacional e o Poder Público para que estas medidas reparadoras sejam colocadas em prática, a Carta também aponta alguns encaminhamentos que serão dados pelo Movimento Metropolitano. Um dos principais itens é o urgente agendamento de uma audiência com o cônsul da França em São Paulo. Nesse encontro, será relatada a responsabilidade do governo francês sobre o passivo ambiental deixado pela Rhodia na Baixada. Esta responsabilidade ocorre porque, à época dos despejos irregulares e da emissão indiscriminada de poluentes, a empresa era estatal.

Outras questões consideradas fundamentais pelo Movimento Metropolitano são a retomada do Projeto Samaritá, com a avaliação do impacto dos poluentes sobre a saúde da população residente nas áreas contaminadas, e a realização de um novo sensoriamento remoto por satélite. Este rastreamento visa sanar definitivamente as dúvidas sobre a possível existência de outros depósitos irregulares de lixo tóxico na região, hipótese considerada bastante provável por técnicos e ambientalistas.

" Este debate é muito importante para o fortalecimento da luta pela responsabilização da Rhodia pelos danos causados ao meio ambiente e à vida humana. Não podemos admitir que a empresa encerre suas atividades no Brasil deixando para trás todo esse

passivo", enfatiza a deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT), uma das integrantes do Movimento Metropolitano.

A parlamentar entende que se, instalada no Brasil, a multinacional já não cumpre as ações necessárias para recuperar as áreas degradadas, uma vez sem nenhum vínculo com o país ficará ainda mais difícil que estas medidas sejam colocadas em prática.

"Pela rica biodiversidade encontrada na Baixada, a contaminação gerada pela Rhodia na região tem impacto mundial. Não estamos tratando da poluição causada por uma indústria numa área desértica, mas das conseqüências para um dos mais ricos ecossistemas do planeta", afirmou de forma categórica o representante do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Carlos Bocuhy. Ele defende inclusive a impetração de ação, na justiça européia, requerendo indenização da Rhodia e do governo francês pelos danos causados. Segundo Bocuhy, é preciso o engajamento das prefeituras da região para que a ação avance.

Um dos organizadores da audiência, o vereador Alfredo Moura (PPS) enfatizou que o debate é mais uma etapa dessa luta, que somente será vitoriosa quando a Rhodia realizar todas as medidas reparadoras. "Até lá, não vamos dar trégua. Juntos, continuaremos caminhando e alcançaremos a vitória", frisa Moura. João Carlos Gomes, diretor de comunicação da Associação de Consciência e Prevenção Ocupacional (ACPO), voltou a destacar a gravidade da contaminação gerada pela Rhodia na Região Metropolitana.

" Todos os recursos precisam ser disponibilizados para recuperar o saneamento ambiental da Baixada, o que se reflete na qualidade de vida da população. Além disso, precisamos ficar atentos para que a empresa não faça uso de artifícios burocráticos para fugir às suas responsabilidades", explica Gomes. A ACPO é considerada a maior ONG brasileira de combate à poluição ambiental. A representante do Greenpeace, Karen Suassuna, destacou que as leis ambientais brasileiras devem exigir que as indústrias tornem público os dados sobre o material que produzem, onde e de que forma descartam seus dejetos. "Só assim abriremos as verdadeiras Caixas de Pandora existentes no complexo industrial brasileiro", finaliza.

• Nota da ACPO.

Domingo, 14 de abril de 2002

Em agosto do ano passado, a CETESB divulgou o relatório final - com dois anos de atraso em relação ao prazo inicialmente estipulado e ao custo de aproximadamente R\$ 1.500.000,00 - do estudo sobre a contaminação por poluentes químicos tóxicos do sedimento e da biota (vida selvagem aquática) do complexo estuarino da Baixada Santista. O resultado da investigação causou grande impacto devido à comprovação da presença no sedimento e nos espécimes coletados de substâncias altamente tóxicas

ao Ser Humano e à vida selvagem, entre as quais Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs (como hexaclorobenzeno, policloreto de bifenilas e dioxinas), metais pesados (como mercúrio, cádmio, zinco, etc), hidrocarbonetos policíclicos aromáticos - HPAs (como o benzo-a-pireno), entre outros, oriundos basicamente das indústrias do pólo petroquímico de Cubatão e dos terminais de produtos químicos do porto de Santos. Como consequência direta deste estudo, pouco tempo depois a CETESB proibiu a dragagem do canal do porto, pois ficou comprovado que a descarga deste sedimento contaminado no Oceano Atlântico estava provocando a poluição até mesmo de áreas como o Farol da Moela (costa do Guarujá) e da Lage de Santos. Vários especialistas em toxicologia e saúde pública atestaram à época que medidas preventivas quanto ao consumo de pescado oriundo do estuário deveriam ser adotadas, e ambientalistas e biólogos apontaram o risco representado pelo descarte em alto mar destes poluentes à vida marinha. Oito meses depois, nenhum órgão de vigilância sanitária tomou qualquer medida quanto ao consumo humano de espécimes estuarinos (como caranguejos e siris que continuam sendo vendidos inclusive às margens das pistas do sistema Anchieta-Imigrantes) em flagrante desrespeito ao "Princípio da Precaução", e neste domingo (14/04) foi divulgado publicamente que o IBAMA liberou o retorno da dragagem em determinados pontos do cais do porto - para posterior descarte no Oceano Atlântico - do sedimento removido. Ao longo destes meses, os órgãos públicos envolvidos nesta questão sofreram fortes pressões das operadoras do porto devido ao comprometimento da navegabilidade em função do assoreamento do canal. No entanto, nenhum estudo ou projeto destinado à construção de um aterro sanitário adequado à disposição final deste material contaminado (com o qual a dragagem poderia ser retomada) foi elaborado, e muito menos cogitada a cobrança dos responsáveis pela poluição do custeio destes estudos e da efetiva construção de um aterro tecnologicamente capacitado para este fim, como bem prescreve o "Princípio do Poluidor Pagador". Paralelamente, a proposta das ONGs ambientalistas do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, de incluir o complexo estuarino da Baixada Santista no cadastro de Montreux dos chamados "Sítios Ramsar", com vistas à obtenção de recursos internacionais para a pesquisa de soluções ambientalmente corretas, foi alvo de críticas de setores empresariais e de algumas autoridades da Baixada Santista.

- **Já são 76 as crianças contaminadas por chumbo em Bauru.**

Quinta-feira, 18 de abril de 2002

Em comunicados divulgados pela imprensa local, a empresa tida como responsável pela contaminação afirma já ter cumprido as exigências técnicas para poder voltar a trabalhar

Bauru, SP - O Instituto Adolfo Lutz confirmou a contaminação, por chumbo no sangue, de mais 50 crianças residentes no entorno da unidade metalúrgica da Indústria de Acumuladores Ajax. De um lote de 79 amostras, 50 foram dadas como positivas, pois apresentam índice de chumbo superior a 10 microgramas por decilitro, o máximo admitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Exames anteriores já haviam detectado o problema em outras 26 crianças. A Divisão Regional da Saúde aguarda novos resultados para os próximos dias e continua coletando sangue de crianças com até 12 anos, moradoras num raio de até um quilômetro da indústria.

A unidade metalúrgica da Ajax, que emprega aproximadamente 100 trabalhadores, está interditada desde o final de janeiro, por ordem da Cetesb, que relacionou 28 itens a serem cumpridos pela empresa para se enquadrar nas normas ambientais.

No início do mês, o juiz Artur de Paula Gonçalves, da 4ª Vara Cível de Bauru, expediu liminar numa ação civil pública proposta pelo Instituto Ambiental Vidágua, que obriga a empresa a custear todas as despesas de monitoramento da poluição e suas causas, além de tornar indisponíveis os bens da empresa e de seus sócios, com a finalidade de garantir o cumprimento da ordem.

Na última segunda-feira, houve uma manifestação de empregados e familiares, na porta da Câmara Municipal, durante a realização da sessão.

Aproximadamente 600 pessoas gritaram palavras de ordem pela manutenção dos empregos. O ato levou os vereadores a marcarem uma audiência pública para amanhã, às 14 horas. Foram convidados representantes da empresa, dos empregados, Cetesb, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Saúde Pública e outros interessados no assunto.

Em comunicados divulgados pela imprensa local, a empresa afirma já ter cumprido as exigências técnicas para poder voltar a trabalhar na área interditada.

Mas Rogério Chini, gerente da agência da Cetesb em Bauru, diz que não: "A empresa apresentou apenas alguns croquis, e não os projetos que permitirão à equipe técnica da Cetesb analisar o caso e dar seu parecer quanto a uma provável desinterdição", afirmou. A Ajax funciona desde 1958. Foi uma empresa de fundo de quintal até 1967, quando mudou-se para o distrito industrial.

Possui hoje 1100 empregados, sendo 100 deles no setor de reaproveitamento do chumbo de baterias usadas, que funciona separado da linha de montagem, no

quilômetro 112 da rodovia Bauru-Jaú. Ao redor da unidade poluidora existem vários bairros com população superior a 5 mil pessoas, que deverão ser examinadas.

Vítima

O menino David Marcel de Castro Pereira, de 10 anos, é uma das vítimas da contaminação pelo chumbo expelido pela indústria de baterias. Ele nasceu e morava com a família no Núcleo Habitacional Octávio Rasi, localizado próximo à fonte poluidora, e - segundo a mãe, Elizete Aparecida Pinheiro Pereira - sofreu de uma inexplicável diarreia dos sete meses até os cinco anos de idade.

Durante esse tempo, passou pelos diferentes especialistas em pediatria, gastroenterologia, toxicologia, psicologia e psiquiatria, sem conseguir um diagnóstico.

Só em 1999, quando amostras do seu sangue foram enviadas a dois centros especializados em toxicologia localizados em Asheville e Chicago (EUA) é que foi constatada a intoxicação por chumbo, urânio, alumínio e cádmio.

Além da diarreia, desde cedo o menino apresentou sinais de deficiência mental. Sua fala é normal, mas ele não consegue construir frases e nem entender o que as pessoas lhe dizem. Limita-se a repetir as palavras que ouve, e irrita-se facilmente.

Em junho de 2000, por exigência do toxicologista Igor Vassilief, que atendia David, a família mudou-se para o Jardim Flórida, no outro lado da cidade. "O médico disse que se não mudássemos, meu filho morreria", diz Elizete, afirmando que além do menino, ela, o marido e os outros dois filhos sofreram de rinite alérgica enquanto moravam perto da fábrica e agora, distantes há quase dois anos, estão melhores.

De posse do diagnóstico, a família ingressou na Justiça pedindo a responsabilização da indústria para que repare os danos causados a David. Mas enquanto não tem o pronunciamento judicial, passa por grandes dificuldades. "Meu filho precisa de cuidados médicos especiais, nossa família não tem condições para pagar e nenhum órgão público nos atende", reclama a mãe.

Ele já esteve em duas escolas especiais, foi convidado a retirar-se, e precisa de uma terceira, mas esta é particular. Elizete reclama de dificuldades para encaminhar o atendimento do filho.

Lembra que, além dos órgãos públicos da saúde e da educação, também escreveu inúmeras cartas para os programas populares de rádio e televisão, mas não obteve resposta.

Sua preocupação maior é que, sem atendimento adequado, o quadro geral do filho venha a agravar-se.

Jair Aceituno / <http://www.estadao.com.br/>

• **Moção de apoio aos médicos pesquisadores da contaminação da Shell.**

Segunda-feira, 22 de abril de 2002

São Paulo, 22 de abril de 2002.

O Coletivo de Entidades Ambientistas com Cadastro Junto ao Consema - Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, composto por oitenta e cinco entidades ambientalistas, em reunião ordinária realizada nesta data, na sede do Sindicato dos Advogados de São Paulo, sito à Rua da Glória, 246, Liberdade - São Paulo/SP, deliberou:

Considerando que a empresa Shell Brasil S.A. contaminou o solo e o lençol freático com organoclorados (drins) e metais pesados - em seu parque fabril em Paulínia/SP, sendo que essa contaminação extrapolou a área da fábrica, atingindo os arredores e a população ribeirinha do **RIO ATIBAIA**, no bairro Recanto dos Pássaros;

Considerando que o episódio ocorrido em Paulínia não foi um fato isolado, ressaltando-se que a empresa também contaminou o solo e as águas subterrâneas, numa área de aproximadamente 180 mil m², situada na Vila Carioca, zona sul de São Paulo capital, com uma série de substâncias tóxicas - muitas delas cancerígenas e iguais àquelas encontradas no Recanto dos Pássaros, a exemplo de pesticidas organoclorados;

Considerando que a multinacional Shell não tem o direito de contaminar o meio ambiente e os seres humanos nele inseridos, nem de desrespeitar a legislação vigente em nosso país, sendo notória a toxidade de alguns produtos formulados pela empresa, a ponto de consubstanciar ação internacional de banimento desses produtos de todo o planeta por meio de acordo ocorrido em conferências das Nações Unidas, das quais o Brasil é signatário (Montreal, 1998 - Estocolmo, 2001);

Considerando que, exercendo suas funções à bem da administração pública e, à medida que aprofundaram as pesquisas sobre os impactos da contaminação pela Shell sobre a população afetada no Recanto dos Pássaros, os médicos especialistas designados pela Prefeitura Municipal de Paulínia para o estudo e acompanhamento do caso passaram a ser vítimas de tentativa de intimidação por parte da empresa, conforme fatos publicados pela Agência Estado, em 29 de agosto de 2001;

Considerando ainda ser um dever da sociedade brasileira apoiar o exercício ético e independente da medicina, imprescindível para sanar e elucidar episódios de contaminação humana que vem ocorrendo em território nacional;

Decidiu o Coletivo pela presente Moção de Apoio à **Dra. Claudia Regina Guerreiro**, Médica Sanitarista, e **Dr. Igor Vassilieff**, MD, PhD, Professor Titular de Farmacologia – UNESP, **em função da perseguição pessoal consubstanciada por ação judicial de caráter intimidatório, de autoria da empresa Shell Brasil S.A.**, manifestando ainda o Coletivo sua indignação diante do grave episódio de contaminação e de perplexidade pela lentidão do processo que se arrasta em Paulínia desde 1994, externando ainda total apoio aos trabalhos, procedimentos e manifestações realizadas pelos referidos profissionais com relação ao caso Shell - Paulínia, em todos os Foros em que foram solicitados.

Deliberou ainda o Coletivo pelo envio da presente moção aos meios de comunicação e autoridades envolvidas para alertar para o fato de que a sociedade brasileira não pode assistir passivamente a essa truculência, inadmissível num estado democrático, sendo o Brasil um país aberto às empresas socialmente responsáveis, que, em caso de danos ambientais, devem assumir erros passados e presentes, evitando que os efeitos danosos decorrentes não se tornem ainda mais graves em função de uma intransigência irresponsável.

Finalmente, manifesta o Coletivo a firme crença de que - apesar da intimidação política e as ações judiciais que recaem sobre os médicos que exercem função legítima em defesa da vida - tais iniciativas infundadas não encontrarão respaldo legal, realçando-se, em função da consciência e do amadurecimento de nossa sociedade e acima de qualquer interesse menor, as melhores conquistas sociais e legais para a garantia da saúde humana e defesa dos interesses coletivos e difusos.

Coletivo de Entidades Ambientalistas Cadastradas no Conselho Estadual do Meio Ambiente

• PRESS RELEASE.

Terça-feira, 23 de abril de 2002

Nesta quinta-feira (25/04), o Vereador Alfredo Moura (PPS) na condição de presidente da Comissão Especial de Vereadores - CEV criada na Câmara Municipal de São Vicente/SP para acompanhar o chamado "Caso Rhodia/Baixada Santista", e o Diretor de Comunicação da Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO) João Carlos Gomes, na condição de representante dos trabalhadores intoxicados quimicamente na Usina Química da Rhodia em Cubatão/SP, dando

encaminhamento às deliberações da Audiência Pública realizada na cidade de São Vicente em 5 de abril p.p. a pedido do "Movimento Metropolitano contra o Lixo Tóxico da Rhodia", estarão se reunindo oficialmente em Brasília/DF:

- 1- Às 09:00 horas com o Dr. Stanislaw Monteiro de Oliveira, da Secretaria da Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente;
- 2- Às 11:00 horas com o Dr. Orlando Gerola Júnior, assessor especial do Ministério da Saúde.

Nesta ocasião, serão formalmente solicitados ao governo federal, respectivamente através do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Saúde que:

- 1- Seja auditado todo o procedimento investigatório e avaliadas todas as ações implementadas pelos diversos órgãos públicos (de todos os níveis) envolvidos no sentido de dimensionar a extensão e conter a expansão da poluição tóxica provocada por citada empresa, e a adoção de soluções definitivas e ecologicamente corretas para o gravíssimo problema sócio/ambiental que se arrasta há mais de 20 anos;
- 2- Seja retomado imediatamente o denominado "Projeto Samaritá", por órgão público com notória especialização em sanitarismo para a ampla e rigorosa avaliação epidemiológica da população residente no entorno dos lixões químicos de responsabilidade da multinacional, com vistas ao diagnóstico oficial da real situação de saúde dos moradores e a eventual implementação de medidas que garantam a segurança química da comunidade.

Nota:

Durante pelo menos dois anos (1976 a 1978) a Rhodia comprovadamente despejou clandestinamente ao longo do litoral sul de São Paulo (de Cubatão até Itanhaém, num raio de cerca de 80 quilômetros) mais de 12.000 toneladas de resíduos industriais tóxicos classificados como Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs (substâncias cancerígenas, mutagênicas e teratogênicas), tornando-se alvo a partir de 1.984 (ano da descoberta dos lixões químicos pela sociedade e da denúncia acerca dos mesmos pela imprensa) de 4 Ações Cíveis Públicas movidas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. Quase vinte anos depois, a situação permanece preocupante diante da admissão pela própria CETESB da possível existência de novos depósitos ainda não descobertos, das denúncias de ambientalistas sobre a precariedade dos aterros provisórios para estocagem dos poluentes (em especial da Estação de Espera, projetada para ser utilizada por 5 anos e que já existe há 15, além de ter sido projetada para receber 12.000 toneladas e abrigar mais de 33.000) e da absoluta inexistência de indenizações para quaisquer vítimas e/ou municípios afetados pela contaminação

provocada pela empresa. Em 1.992, técnicos da extinta Secretaria Nacional do Meio Ambiente - SEMAN (precurssora do atual MMA) recomendaram a remoção dos antigos moradores e o isolamento das áreas contaminadas. Exames preliminares realizados pela Vigilância Sanitária na ocasião apontaram a intoxicação crônica de trabalhadores da antiga fábrica em Cubatão (atualmente interditada judicialmente) e dos moradores das áreas contaminadas pelo Hexaclorobenzeno (HCB), principal poluente produzido pela Rhodia, e um dos dozes contaminantes considerados mais nocivos para o meio ambiente e a saúde pública, banido pelo Tratado de Estocolmo (acordo internacional promovido pela ONU) no ano passado. A recomendação dos técnicos da SEMAN não foi acatada, assim como a avaliação epidemiológica da população nunca foi concluída. Estudos paralelos efetuados pela Faculdade de Saúde Pública da USP e pelo Oncocentro (órgão da Secretaria Estadual de Saúde) apontaram na Baixada Santista as mais elevadas taxas de câncer no Estado de São Paulo. A região dos depósitos - litoral sul do estado - vêm sofrendo grande aumento da densidade demográfica, com perspectivas de se multiplicar várias vezes a partir da inauguração da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, prevista para o ano que vêm. A constituição do "Movimento Metropolitano contra o Lixo Tóxico da Rhodia" teve origem a partir do comunicado oficial da empresa (em 15 de janeiro p.p.) de que estaria se retirando definitivamente da região, enquanto paralelamente o Ministério da Saúde decidia remover 6.000 famílias de uma área contaminada há 40 anos na Baixada Fluminense/RJ pelo Hexaclorociclohexano (BHC) e a Shell iniciava em Paulínia/SP a compra das chácaras seguida de remoção dos moradores contaminados pelos Drins. Ambos (BHC e Drins) também classificados como Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs, a exemplo dos poluentes da Rhodia na Baixada Santista. A quantidade de resíduos tóxicos descartados pela Rhodia, no entanto, assim como a extensão das áreas clandestinas de despejo e o número de pessoas expostas superam todas as estimativas destes outros casos.

MAIO

• ZONA DE RISCO.

Maio de 2002

A Agência Estado, acreditando no Direito de Saber da população, reúne aqui todas as áreas contaminadas de que tem notícia, disponibilizando seu arquivo de reportagens sobre cada área e o máximo de informação sobre os produtos, seus efeitos, riscos e medidas a serem tomadas. Abrimos também um espaço para denúncias e para a defesa das empresas e instituições envolvidas nos casos noticiados.

<http://www.estadao.com.br/ext/ciencia/zonasderisco/index.htm>

• BHOPAL, O DESCASO CONTINUA.

Quarta-feira, 08 de maio de 2002

Mais de 17 anos após a tragédia, os números são assustadores: 20 mil mortos e mais de 100 mil vítimas, a história se repete ano após ano

São Paulo, 08 de maio de 2002 – Flores e som de cítara marcaram um protesto diferente que envolveu 25 ativistas da organização ambientalista Greenpeace, representantes da ACPO (Associação de Combate aos POPs) e pescadores da UNIPESQ (União dos Pescadores de Conceiçãozinha, no Guarujá). Os manifestantes fizeram uma cerimônia em solidariedade às mais de 100 mil vítimas de Bhopal, em frente a sede brasileira da empresa Dow Química, em São Paulo.

Os ativistas cobriram a entrada principal da empresa com flores coloridas, simbolizando as vítimas de um dos maiores acidentes químicos da história. Uma placa de metal foi fixada na entrada principal da empresa lembrando o número de pessoas afetadas e com uma pergunta: “Dow, até quando?” Uma apresentação de cítara, instrumento musical tradicional indiano, foi realizada pelo músico Luciano Sallun e teve como público parte dos funcionários da empresa.

A organização ambientalista Greenpeace enviou ontem, dia sete de maio (1), cartas aos principais executivos da Dow Química no mundo, para que se pronunciassem favoravelmente ao processo de descontaminação e promovessem a justiça para as vítimas de Bhopal, durante a Reunião Geral de Acionistas (AGM) que será realizada amanhã na cidade Midland, no Michigan, sede mundial da empresa nos Estados Unidos. Protestos em solidariedade às vítimas estão acontecendo na sede regional européia, na Suíça, e na sede asiática, em Hong Kong.

Na madrugada de 03 de dezembro de 1984, mais de 500 mil pessoas foram expostas a um coquetel de gases letais que vazaram da fábrica de agrotóxicos da Union Carbide (hoje pertencente à Dow Química) em Bhopal, na Índia. Mais de 7,5 mil pessoas morreram na noite do desastre. De acordo com a rede AaCcTt (2) e comunidades locais, hoje, o número de vítimas fatais ultrapassa os 20 mil. São contabilizados em mais de 100 mil o número de pessoas da região que sofreram com os efeitos da exposição crônica aos gases, manifestados em doenças pulmonares, coronárias, neurológicas e nos olhos, além de provocarem sérios distúrbios nos sistemas imunológico, hormonal e reprodutivo. A população necessita constantemente de atendimento médico, que é inexistente. Segundo dados oficiais, a cada mês que passa mais um sobrevivente do desastre morre por doenças relacionadas à exposição.

Logo após o acidente, a Union Carbide abandonou a fábrica, deixando para trás toneladas de lixo tóxico. Assim, nos últimos 17 anos, o lençol freático que abastece a cidade vem sendo contaminado. Dessa forma, a comunidade, sem escolha, vê-se obrigada a consumir esta água todos os dias, ingerindo um coquetel de substâncias tóxicas, que inclui clorobenzeno, clorofórmio, tricloroetano e tetracloroeto de carbono. Em 1999, uma pesquisa do Greenpeace revelou níveis de contaminação muito acima dos padrões para água potável aceitos pela EPA-US (do inglês, Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos). Os níveis de tetracloroeto de carbono são 682 vezes superiores aos permitidos pela agência norte-americana; os de clorobenzeno, 11 vezes; os de tricloroetano, 50 vezes; e os níveis de clorofórmio superaram em 20 vezes os padrões dos Estados Unidos.

Em fevereiro de 2001, a Union Carbide foi incorporada pela multinacional americana Dow Chemicals. A transação comercial envolveu cerca de US\$ 9,3 bilhões, criando a segunda maior companhia química do mundo. “O fato de a Dow ter comprado a Union Carbide não mudou em nada a necessidade de descontaminar Bhopal e de garantir o tratamento médico aos sobreviventes. De acordo com a legislação norte americana, à qual a sede internacional da Dow está sujeita, a mudança de dono não retira da indústria a responsabilidade pelo passivo ambiental adquirido. É inadmissível que a Dow adote um padrão de conduta dentro dos Estados Unidos e outro fora.” diz Karen Suassuna, coordenadora da campanha de Substâncias Tóxicas do Greenpeace. “Os acionistas da Dow devem se questionar se é ético uma empresa despende tanto esforço para construir uma imagem pública e ao mesmo tempo demonstrar tanto descaso com o sofrimento imposto à população”

O protesto, que contou com o apoio de organizações brasileiras formadas por vítimas de contaminação, também serve para lembrar às autoridades nacionais e ao setor industrial que casos semelhantes ao de Bhopal também acontecem aqui. Assim como as vítimas indianas, brasileiros também sofrem com a contaminação ambiental e danos a sua saúde causados por contaminantes químicos oriundos de processos industriais. Empresas como a belga Solvay, a gigante Shell, de capital britânico e holandês, a francesa Rhodia, dentre outras, são responsáveis por boa parte da herança tóxica brasileira (3).

“Minha vida hoje depende de medicamentos e é por isso que estou aqui, prestando minha solidariedade àqueles que já se foram e aos que como eu se tornaram para sempre vítimas de uma ação irresponsável da indústria química” diz Márcio Pedroso, contaminado por mercúrio e membro da organização brasileira ACPO (Associação de Combate aos POPs) com sede em Santos, no estado de São Paulo.

Em janeiro de 1998, o Greenpeace denunciou a contaminação por tetracloroeto de carbono e clorofórmio encontrados nos efluentes da planta da Dow, localizada no

Guarujá , no estado de São Paulo. A postura da companhia foi negar a possibilidade de dano ambiental. Mesmo após dois anos da denuncia, a Dow recusa-se a pronunciar-se publicamente sobre o assunto.

“Os peixes sumiram, a água está contaminada, não tenho mais de onde tirar meus sustento como pescador, Hoje luto por um futuro melhor para meus filhos, não quero dar a eles a vida que tive, vendo a minha maior riqueza, o estuário do Guarujá, ser destruído pela poluição”. Newton Rafael Gonçalves é pescador caçara, secretário geral da UNIPESQ e morador a mais de 44 anos do sítio Conceiçãozinha, fundado em 1898 e localizado ao lado da planta da Dow Química no Guarujá, litoral do estado de São Paulo.

A forma com a qual a Dow lida com a tragédia de Bhopal está servindo como modelo de negligência para os demais “casos Bhopal” espalhados ao redor do mundo. Até agora a Dow não conseguiu ser um exemplo positivo e seu descaso em assumir a responsabilidade é um modelo para aqueles que pensam que as vítimas desse tipo de herança química podem ser abandonadas a sua própria sorte.

NOTAS AO EDITOR:

A íntegra da carta enviada ao presidente da Dow no Brasil, José Eduardo Senise, pode ser encontrada no site do Greenpeace: <http://www.greenpeace.org.br/bhopal>

AaCcTt: Bhopal (Ação contra Crimes Corporativos e Terrorismo Tóxico: Bhopal) é uma aliança internacional para promover a Justiça em Bhopal e um futuro livre da contaminação tóxica. A coalizão inclui organizações de sobreviventes da tragédia de Bhopal como a Gas Peedit Nirasharit Morcha (Bhopal), a Gas Peedit Mahila Stationary Karmachari Sangh (Bhopal), além do Grupo para Informação e Ação, da Campanha Nacional para Justiça em Bhopal (Mumbai), da A Outra Midia (Nova Delhi), CorpWatch e do Greenpeace.

Informações e relatórios técnicos sobre casos de contaminação ambiental podem ser encontrados no site: <http://www.greenpeace.org/toxicos> ou no hotsite da Agência Estado, no ar desde o dia três de maio:

<http://www.estadao.com.br/ext/ciencia/zonasderisco/index.htm>

Karen Suassuna
Coordenadora da Campanha de Substâncias Tóxicas do Greenpeace
Tel: (11) 3066-1175, (11) 9169.7650.

• Notícias de Jornal.

Domingo, 19 de maio de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Promotor suspende dragagem de canal

Da Sucursal

Carlos Ratton

O promotor de Meio Ambiente de São Vicente, Fernando Reverendo Vidal Akaoui, suspendeu o processo de dragagem no Canal dos Barreiros, de onde foi retirado o aterro utilizado no Projeto de Urbanização da Favela México 70. Akaoui suspeita que o material utilizado na empreitada, avaliada em R\$ 15 milhões e concebida em conjunto com as três esferas de governo - Municipal, Estadual e Federal - estaria contaminado por lixo tóxico oriundo dos depósitos clandestinos da Rhodia, implantados na década de 70 na região continental, e cujos resíduos acabaram sendo levados pelos rios para o estuário de São Vicente.

O promotor instaurou processo investigatório após receber denúncia da Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO), formada por ex-funcionários da empresa e pessoas contaminadas por produtos químicos. A entidade explica que o estuário sofre influência direta da bacia do Rio Mariana (na área continental de São Vicente), afluente do Canal dos Barreiros, cujas águas estariam percorrendo áreas adjacentes aos depósitos clandestinos de resíduos sólidos industriais da Rhodia.

Até o momento, 569 sobrados foram entregues pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), que já iniciou a construção de mais 304 apartamentos no local da favela, a maior do Estado, formada por barracos fincados no mangue, que abrigam cerca de 40 mil pessoas vivendo sem as mínimas condições de higiene. Alheias ao possível perigo, dezenas de crianças brincam diariamente no local, no meio das obras, mantendo contato direto com o aterro. Em São Vicente são seis os pontos contaminados.

Akaoui já recebeu duas análises preliminares da gerência da Cetesb, mas, por considerá-las insuficientes, pediu uma avaliação mais completa e segura diretamente ao presidente, Dráuzio Barreto. O documento ainda não foi encaminhado ao Ministério Público.

“Nas avaliações preliminares não foram encontradas evidências que desabonem o material dragado do Canal dos Barreiros e utilizado como aterro. Entretanto, são

necessárias análises com um número maior de amostras, para garantir a segurança na saúde pública e do meio ambiente”, disse o promotor.

Segundo Akaoui, documentos encaminhados pela Cetesb revelam que os compostos químicos encontrados no local estariam dentro dos parâmetros, em níveis não significativos e sem possibilidade de perigo. O promotor afirma, porém, que, segundo a Cetesb, o hexaclorobenzeno (organoclorado), um dos materiais que foram manipulados pela Rhodia, encontra-se acima dos padrões, levando o Ministério Público a pedir a suspensão temporária de novas dragagens, até que tenha dados seguros a respeito do assunto. “Não se tem segurança nos resultados das análises, porque elas foram feitas de forma insuficiente. Por isso, resolvi pedir a suspensão do processo de aterramento”, disse Akaoui.

Poluição

O promotor alertou que, caso seja constatada a contaminação do material utilizado no Projeto de Urbanização da Favela México 70, o Ministério Público vai adotar três procedimentos: verificar o grau de contágio das pessoas por intermédio do solo; pedir uma análise dos organismos vivos das imediações do complexo habitacional, para avaliar os possíveis danos causados à saúde pública pela ingestão; e, por último, exigir um monitoramento da Cetesb, com possibilidades até da remoção do material contaminado.

“Vamos definir o melhor projeto ambiental de recuperação da área. Mesmo que esteja contaminada mas o risco seja nulo, por intermédio da cobertura asfáltica e outros processos a Cetesb terá que garantir isso documentalmente e se responsabilizar por tudo que for colocado no papel”.

Responsabilidade

Finalizando, o promotor não descartou a possibilidade de responsabilizar os governos pelas situações. “O poder público, toda vez que age ou se omite em questões ambientais, tem responsabilidades. Se o Governo Estadual não fiscalizou e os governos Municipal e Federal continuaram dragando e utilizando o material, terão responsabilidade solidária na questão e podem ser acionados pela Justiça”.

• Ratificação da Convenção de Estocolmo.

Sábado, 25 de maio de 2002

Resultados da Campanha realizada pela ACPO entre os dias 21 e 23 de maio de 2002, junto ao Governo Federal e o Congresso Nacional em busca da Ratificação da

Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e mitigação dos impactos ambientais e de saúde pública causados pela exposição aos organoclorados na Baixada Santista.

Tivemos o grande prazer de compartilhar com os Amigos do Greenpeace as Ações junto ao Executivo Federal pela Ratificação da Convenção de Estocolmo sobre POPs, representados pela sua Diretora Executiva Srta. Karen Suassuna.

- Dia 21 - 12:30H: Reunião com Srs. Luiz Cláudio Meireles, Cláudio Maierovitch Peçanha Henriques e Ricardo Oliva.

Foi protocolizado no Gabinete pelo Sr. Oliva, documento atualizando o caso Rhodia. Informações sobre a Audiência Pública de 05/04/2002 - Breve relato das condições atuais da população exposta, o descaso total com esta população, sobretudo as pessoas potencialmente expostas em Itanhaém - Dados publicados sobre a incidência de hipertensão entre a população próxima às áreas contaminadas - Conclusões do relatório da CETESB sobre a contaminação do Estuarino Santista - A interdição da dragagem de sedimentos de local contaminado para aterro hidráulico da Favela México 70 em S. Vicente, que apresentou em análise preliminar HCB acima do permitido etc. E ao final no documento contêm os seguintes pedidos:

1. Elaborar uma campanha emergencial de esclarecimento para população exposta em toda Baixada Santista, empreendendo medidas para suavização dos riscos, tais como: afastar a população das áreas críticas - acompanhamento clínico especializado - monitoramento da água de poço nos locais com probabilidade de serem alcançados pela contaminação – proibição de pesca para fins de alimentação nos locais onde houver níveis detectáveis e preocupantes de contaminação, entre outras medidas que se fizerem necessárias;

2. Realização de um estudo completo para definir:

a) Os grupos e o número de pessoas que foram expostas aos organoclorados na Baixada Santista;

b) As quais agentes químicos organoclorados esta população continua exposta;

c) Qual a carga quantitativa e qualitativa de poluentes esta população ainda carrega acumulados no sangue, tecidos orgânicos e leite materno (inclusive dioxinas e furanos);

d) Criação de sistema eletrônico (banco de dados) para dispor o projeto, os dados existentes e aqueles gerados por conta deste estudo;

3. Determinar quais os agravos de saúde destas populações estão relacionadas com a exposição aos organoclorados (anexo C);
4. Fixar o nexos causal das patologias pertinentes com os contaminantes e as suas fontes de emissão, a fim de adotar medidas e políticas mitigadoras para os impactos adversos que forem identificados nesta população exposta, bem como prever e prevenir os possíveis impactos às futuras gerações;
5. Outras medidas que Agência Nacional de Vigilância Sanitária julgar necessária para suavizar os impactos aqui previstos.

Uma breve explanação sobre o caso foi iniciada, relatamos a instalação do Movimento Metropolitano que conta com o apoio da Deputada Estadual, Maria Lucia Prandi e do Vereador de São Vicente, Alfredo Moura - Durante a reunião foi colocado o avanço ainda que modestos dos órgãos ambientais neste caso e de modo geral, mas que infelizmente não foram acompanhados pela área da Saúde - Foi dito que os técnicos que estudaram o caso de Samaritá/Quarentenário aconselhavam a retirada das poucas famílias que ali residiam e o isolamento da área, mas foram ignorados, havendo um rápido adensamento de população na área – Foi colocado à contaminação do estuário e o aterramento hidráulico realizado na favela México 70 com este material tóxico – Foi discutida a probabilidade de haverem mais locais contaminados – Que a municipalização do projeto Samaritá foi uma grande perda para toda sociedade, uma vez que foi totalmente abandonado - Foi apontado a falta de especialização para tratar de doenças crônicas, advindas da intoxicação a substâncias químicas – Foi relatada a falta de controle dos poços artesianos em área contaminada devido ao risco sempre iminente de contaminação e a total desinformação entre as pessoas – Foi relatado sobre a pesquisa realizada pela Dra. Marcília Medrado, onde aponta a região com o maior índice de câncer no Estado - Foi lembrado outros casos como Shell em Paulínia, Vila Carioca, Cidade dos Meninos/RJ e Barão de Mauá. Os Srs. representantes da ANVISA ficaram de estudar tudo o que foi discutido, e que o Sr. Guilherme Franco, atual responsável pelo projeto que mapeará os impactos de cinco regiões contaminadas no País e que a Baixada Santista é uma delas. Ao final, firmaram compromisso de entrar em contato para trazer respostas ao ali colocado.

- Dia 21 - 14:00H: Reunião com Dr. Jorge Luiz Batista Cavalcanti.

Foi declarado que o processo de banimento do Percloroetileno esta seguindo os tramites legal, e que a Agência com muito critério está analisando todas as variáveis que segundo Cavalcante não são poucas, e assim que estiverem reunidos todos os fundamentos certamente a resolução será publicada.

Vários outros assuntos foram discutidos como, por exemplo: uso de bactericida em tecidos de roupas íntimas; Benzeno; Metanol; Álcool domiciliar e diluição de agrotóxicos.

Protocolizamos documento endereçado para Dr. Beatriz Macdowell/ANVISA, onde solicitamos informações e pedimos providências sobre a doação de sangue contaminado por substâncias tóxicas organoclorados, os centros receptores não estão capacitados para dar uma informação conclusiva sobre o assunto.

- Dia 21 - 15:00H: Protocolizado documento na FUNASA.

Protocolizamos documento no Ministério da Saúde (FUNASA), solicitando informações sobre quais são os produtos químicos e fórmulas que estão sendo usados como inseticidas para combate ao mosquito da dengue e a malária.

- Dia 21 - 16:00H: Visita ao Gabinete do Deputado Federal Luciano Zica – PT/SP.

Onde ofertamos para o acervo do Deputado Luciano Zica, a fita com vídeo documentário “Contaminação Humana por POPs no Brasil”, e solicitamos que pautasse a apresentação do mesmo na TV Câmara. O Deputado Luciano Zica nos concedeu todo o espaço necessário para nossas ações em Brasília, colocando o seu gabinete a nossa disposição durante todo o tempo, o que facilitou enormemente todas as nossas operações no DF.

- Dia 22 - Manhã e Tarde: Distribuição de Informativo para os Srs. Deputados Federais.

Entregamos e protocolizamos gabinete a gabinete para aproximadamente 600 deputados o informativo “OLHOS ABERTOS” sobre a Convenção de Estocolmo (anexo no e-mail a seguir).

- Dia 22 - 16:00H: Encontro com jornalista Dioclécio Luz da Folha do Meio Ambiente.

Atualização do caso Rhodia e Convenção de Estocolmo.

- Dia 23 - 10:00H: Audiência com o chefe de gabinete do Ministro do Meio Ambiente, Dr. Joaquim Freire e protocolização de petição para Ratificação da Convenção dos POPs.

Protocolizamos no Gabinete do Secretário uma petição, que continha um breve relato sobre os POPs e a construção da Convenção dos POPs e ao final dois pedidos:

1) Então, requeremos ao Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente que se una à premissa de resgatar e proteger o nosso meio ambiente, a vida silvestre, a saúde dos cidadãos brasileiros, bem como as futuras gerações, firmando um compromisso concreto de oferecer ao Governo Federal a possibilidade de remeter para o Congresso Nacional o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) no sentido de que o Parlamento possa apreciar e Ratificar o protocolo na maior brevidade possível.

2) Solicitamos também, em face do avanço de transferência de tecnologia de incineração para o Brasil, ora observado, adote-se medidas de contenção total de implantação destas tecnologias em território nacional, uma vez que critérios mais rígidos são exigidos pela citada Convenção sobre POPs para destruição de poluentes orgânicos persistentes.

A REUNIÃO:

Ambientalistas do Greenpeace e da ACPO (Associação de Combate aos POPs), e o Deputado Federal Luciano Zica, ouviram hoje do senhor Joaquim Freire, Chefe de Gabinete do Ministro do Meio Ambiente José Carlos de Carvalho, que o governo brasileiro pretende ver a Convenção de Estocolmo Ratificada antes da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio +10, que acontecerá em Joanesburgo entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro deste ano.

A reunião solicitada pelos ambientalistas aconteceu no mesmo dia em que se completa um ano desde a assinatura pelo Brasil da Convenção de Estocolmo, da ONU (Organização das Nações Unidas). E faz parte de um conjunto de ações, coordenadas pelo IPEN (International POPs Elimination Network), do qual as duas organizações fazem parte.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, após um ano de tradução, o texto da Convenção foi encaminhado ao Grupo Interministerial (GT), responsável pela análise final do documento. A entrega dos comentários do GT está marcada para hoje e o Ministério do Meio Ambiente deve encaminhar o texto da Convenção ao Itamaraty, para que o mesmo remeta para aprovação no Congresso.

“A Ratificação da Convenção de Estocolmo pelo Brasil, cria internamente uma ferramenta legal importantíssima no combate aos poluentes orgânicos persistentes (1) ou POPs, como são conhecidos. Casos de contaminação ambiental envolvendo estas substâncias extremamente tóxicas, já estão sendo discutidos pela sociedade

brasileira, como os casos de Paulínia e da Vila Carioca envolvendo a Shell, e o caso da Rhodia em Cubatão”, diz Karen Suassuna, coordenadora da Campanha de Substâncias Tóxicas do Greenpeace.

“O Ministério do Meio Ambiente deve intervir imediatamente na situação de transferência para o Brasil de tecnologias sujas como a incineração, uma vez que a Convenção determina que as fontes de dioxinas sejam eliminadas gradativamente”, disse Jeffer Castelo Branco, presidente da ACPO, que é composta por ex-funcionários e vítimas de contaminação da Rhodia em Cubatão.

Os POPs, poluentes orgânicos persistentes, são substâncias químicas produzidas pelo homem e seus impactos na saúde humana e no meio ambiente são devastadores. São bioacumulativos, ou seja, uma vez no corpo humano, não se degradam facilmente, gerando problemas como disfunções hormonais, prejuízos ao sistema nervoso central, danos ao rim, hepatotoxicidade, alterações dos níveis de hormônio, do sistema reprodutivo e indução de aborto em fases iniciais de gravidez, entre outros. (Karen Suassuna)

Durante o encontro, a ACPO ratificou o pedido do envio de uma equipe técnica do MMA para avaliar a situação atual dos *lixões químicos* da Rhodia na Baixada Santista. Reportagens recentes sobre as denúncias acerca da provável contaminação do aterro utilizado na reurbanização da favela "México 70" em São Vicente pelo Hexaclorobenzeno (HCB - um dos doze sujos banidos pela Convenção de Estocolmo) foram entregues pessoalmente à Gerente de Projetos de Risco Ambiental da Secretaria da Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, Dra. Mariza Verbetto.

- Dia 23 - Tarde: Protocolizamos Petição em nome da ACPO e IPEN na Secretaria da Presidência da República, na Presidência da Câmara Federal e na Presidência do Senado, solicitando a Ratificação da Convenção dos POPs.

Protocolizamos no Escaninho aproximadamente 100 informativos “OLHOS ABERTOS” sobre a Ratificação da Convenção de Estocolmo que foram distribuídas aos Srs. Senadores da República.

Protocolizamos também a moção nr. 7 aprovada na Audiência Pública da Câmara Municipal de São Vicente, onde solicita ao Sr. Presidente da República a Ratificação da Convenção de Estocolmo. A Moção é assinada pelo presidente da Câmara.

- Dia 23 - 16:30: Pequena Audiência com assessora da Senadora Marina Silva – PT/ACRE.

Pudemos relatar sobre a Ratificação da Convenção de Estocolmo – Os problemas de contaminação por POPs na Baixada Santista e por todo Brasil – sobre poluição e exposição ao Mercúrio e a Avaliação Global do Mercúrio/UNEP – sobre as ações da ACPO – Ofertamos para o acervo da Senadora uma fita com vídeo documentário “Contaminação Humana por POPs no Brasil”, e solicitamos que pautasse a apresentação do mesmo na TV Senado.

• COLETIVO DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS DO CONSEMA CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO

Sábado, 26 de maio de 2002

Resultado da Assembléia Geral do Coletivo de Entidades Ambientistas, ocorrido dia 25 de maio de 2002, onde 40 entidades do Estado de São Paulo elegeram, por 39 votos a favor e um nulo, os seguintes nomes para representar o Coletivo de Entidades Ambientistas junto ao Consema-Conselho Estadual do Meio Ambiente, para o período de junho de 2002 à junho de 2003.

Capital

Titular: Heitor Marzagão Tomazzini (AMJS) - Suplente: Maria Cecília Pimenta (SAAP).

Titular: Carlos Bocuhy (SATS); Suplente: Dorival de Moraes (SAEE).

Interior

Titular: Paulo Jorge Moraes de Figueiredo (SODEMAP).

Suplente: Risiere Morgado Junior (PAU-BRASIL).

Titular: Márcia Helena Correia (PROESP).

Suplente: Mauro Wilken (SESBRA).

Litoral

Titular: Eduardo Hipólito (MDU).

Suplente: Roberto Francini(Cunhambebe).

Titular: Jeffer Castelo Branco (ACPO).

Suplente: Waltraud Rennert Rossi (SOS Barra do Una).

Que a nova representação mantenha a mesma competência, independência e capacidade de enfrentamento das anteriores, obrigando Governo do Estado e empreendedores a rever, mesmo que por via judicial, projetos propostos no Consema que são danosos ao meio ambiente. Sobretudo, é preciso implementar a discussão de políticas públicas, planejamento e gestão.

Enfrentamos um momento em que mudanças institucionais são imprescindíveis, pois o modelo institucional posto - SMA, Consema e demais órgãos do sistema - não vem

atendendo as necessidades e demandas da sociedade. Mas essas são mudanças que exigem da bancada ambientalista no Consema objetividade, fôlego e muita perseverança.

Carlos Bocuhy

JUNHO

• Oficina.

Sábado, 09 de junho de 2002

SEGURANÇA QUÍMICA, SAÚDE E AMBIENTE 09 de Junho de 2002, Rio de Janeiro

PERSPECTIVAS PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA QUÍMICA NO BRASIL

Documento de Referência

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/GT7.pdf

No âmbito do Fórum Intergovernamental de Segurança Química:

A FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz tem buscado estabelecer parcerias com representantes institucionais, lideranças e pessoas com reconhecida vivência e compromisso ético na questão da segurança química, para que pudessem expressar sua visão, expectativa e contribuição, como partes envolvidas na construção de uma política de segurança química para o país. Neste sentido organizou uma Oficina para discussão onde representantes de vários setores da sociedade puderam colaborar com seu conhecimento, e a ACPO teve a honra de participar da Oficina, para com os demais ajudar desenvolver o Documento Referência supramencionado e linkado.

Como resultado da Oficina, pretende-se: 1) Elaborar o documento "Subsídios para formulação de Política Nacional de Segurança Química"; 2) Identificar os principais entraves para a integração intersetorial e interinstitucional entre governo e sociedade (ONG's, empresas, trabalhadores, etc.); 3) Estimular a continuidade de fóruns de discussão sobre segurança química no Brasil; 4) Discutir a incorporação da temática da segurança química pelas instituições dos setores saúde, trabalho e ambiente e as possíveis estratégias de ação e articulação intra-setorial e intersetorial; 5) Fortalecer a cooperação técnica e estimular novas pautas para conversações entre as instituições

governamentais, trabalhadores, entidades de classe e organizações não-governamentais.

- **Ação Global Contra Incineração de Resíduos.**

Segunda-feira, 17 de junho de 2002

A rede GAIA - Global Anti-Incinerator Alliance (Aliança Global Anti-incineração) patrocinou Ação Global contra Incineração de Resíduos. Houve manifestações em todo planeta contra esta tecnologia que emite para atmosfera substâncias muitíssimo mais perigosas que aquelas originalmente introduzidas no sistema para destruição. Um movimento que pede tecnologias alternativas mais limpas e que resguarde de fato a saúde ambiental pública e ocupacional.

Global Alliance for Incinerator Alternatives:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/GAIA_Action.pdf

JULHO

- **SEMINÁRIO "SOLOS CONTAMINADOS NO ABC".**

Quinta-feira, 11 de julho de 2002

Dia 10 a ACPO participou do Seminário "Solos Contaminados no ABC" patrocinado pela Comissão do Meio Ambiente da OAB 38ª Secção de Santo André e pelo Subcomitê de Bacias Hidrográficas Billings-Tamanduateí. O Seminário teve um nível muito bom e pôde ser acompanhado por grande platéia. Uma radiografia do problema e alguns importantes aspectos jurídicos foram muito bem colocados pelos palestrantes. A ACPO dentre os assuntos abordados chamou também a atenção para os problemas causados pelos hormônios ambientais, e sobre a Convenção de Estocolmo, que pode ser acompanhado no informativo OLHOS ABERTOS.

Folder do Evento:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/OAB_SCBH.htm

Informativo OLHOS ABERTOS:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/Olhos_Abertos.pdf

- **Associação de Vítimas Profissionais de Taiwan (TAVOI).**

Segunda-feira, 15 de julho de 2002

Inglês: <http://www.hurt.org.tw>

- **Deputada Estadual Maria Lúcia Prandi.**

Sexta-feira, 19 de julho de 2002

Neste dia em evento muito concorrido, a Deputada PRANDI inaugurou seu comitê político de reeleição na Av. Epitácio Pessoa, 364, Aparecida - Santos. E reafirma seu compromisso de continuar apoiando o MOVIMENTO METROPOLITANO CONTRA O LIXO TÓXICO DA RHODIA.

- **CONAMA.**

Sexta-feira, 19 de julho de 2002

O CONAMA pretende, numa atitude antidemocrática e sectária, por meio de resolução, desconsiderar todas as associações de amigos de bairro como entidades ambientalistas.

Enquanto ocorre um gigantesco esforço para aspergir a abrangência da atuação ambientalista para toda a sociedade, buscando a necessária sinergia que possa proporcionar grandes transformações sociais - em busca de uma sociedade sustentável, deparamo-nos com uma deliberação autoritária, que sequer faz a leitura das transformações sociais que vem ocorrendo nos movimentos urbanos das grandes metrópoles, regiões que abrigam mais de 80% da população do país. Essas são as regiões onde o desafio da sustentabilidade se impõe, em curto prazo, como um desafio da sobrevivência. Desconsiderar importantes atores sociais dessas regiões é um retrocesso impensável para o planejamento e a gestão ambiental participativa.

Em função desse fato lamentável, segue manifesto do Coletivo de Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo, conforme deliberação ocorrida em 17 de junho de 2002, apoiado pelo Sindicato dos Advogados de São Paulo e Comissão de Meio Ambiente da OAB/SP.

*Carlos Bocuhy
Conselheiro do CONSEMA/SP*

Leia o Manifesto:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/conama292.htm

- **Vigilância Sanitária quer que Shell cuide dos moradores da Vila Carioca.**

Terça-feira, 30 de julho de 2002

*04h45
da Folha de S.Paulo*

A Vigilância Sanitária quer que a Shell adote medidas de assistência à população vizinha à sua base de combustíveis na Vila Carioca (zona sul de SP), independentemente dos resultados do cadastro de saúde feito na região, que devem ser divulgados no fim da semana.

A instalação de uma unidade de atendimento e a realização periódica de exames laboratoriais são algumas das ações a serem propostas depois de amanhã, numa reunião com representantes da empresa.

A unidade da Shell contaminou as águas subterrâneas da área residencial adjacente com pesticidas e hidrocarbonetos tóxicos. Há perigo potencial para até 30 mil pessoas.

• **BRASIL TEM CERCA DE 6 MIL ÁREAS CONTAMINADAS, DIZ COORDENADOR DA FUNASA.**

Terça-feira, 30 de julho de 2002

É estimado que no Brasil existam de 4 a 6 mil áreas contaminadas por resíduos de produtos industriais ou de atividades produtivas; e por problemas relacionados com a extração de minérios e uso de agrotóxicos, segundo o coordenador-geral de Vigilância Ambiental da Saúde do Centro Epidemiológico da Funasa, Guilherme Franco Netto.

Segundo ele, que participa nesta segunda-feira do encontro sobre o acidente com o Césio-137, a Funasa já foi notificada da existência de apenas 250 do total de áreas contaminadas no país, lembrando que são necessárias medidas de monitoramento e exigências como a de que a população não fique exposta aos locais contaminados.

"Vamos rever o que foi o acidente com o Césio-137, além de orientar critérios para o acompanhamento adequado da saúde da população goiana, uma vez que a literatura científica mostra que nos casos de acidentes nucleares não existe apenas o efeito imediato. Há também os de longo prazo, principalmente relacionados ao câncer", destacou.

(Agência Brasil)

<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias>

• **Visitas.**

Quarta-feira, 31 de julho de 2002

Representantes da ACPO visitam DRT/SP e o Ministério Público Federal do Trabalho para realizar vistas em procedimentos investigatórios sobre discriminação e meio ambiente de trabalho.

AGOSTO

• **Biópsias confirmam contaminação por pesticidas em Paulínia (SP).**

Sexta-feira, 02 de agosto de 2002

05h24
MÁRIO ROSSIT
da Folha Campinas

A Secretaria da Saúde de Paulínia confirmou, por meio de exames de biópsia, a contaminação crônica por pesticidas fabricados pela Shell em 120 moradores do bairro Recanto dos Pássaros.

Os exames foram realizados pelo Instituto de Química da USP do campus de São Carlos.

Segundo o levantamento apresentado ontem, 21% das pessoas examinadas tinham DDT. O restante possui em sua gordura algum tipo de drin (aldrin, dieldrin ou endrin).

Conforme a médica da Vigilância Sanitária Cláudia Regina Guerreiro, a presença desses produtos pode causar problemas neurológicos e desenvolvimento de câncer. Para a médica, não há limite de tolerância para a presença deles no organismo humano.

"Os drins deixaram de ser produzidos no Brasil em 1985. (...) Isso mostra que os moradores (...) continuaram expostos aos drins, mesmo após o fim da produção desses produtos", disse ela.

Os exames confirmam, conforme a médica, os resultados obtidos em outro levantamento, realizado pela Centro de Toxicologia da Unesp de Botucatu. Naqueles exames, pelo menos 80% dos moradores apresentaram drins no sangue.

Os exames de gordura foram realizados, segundo o toxicologista da Unesp Igor Vassilief, porque os drins não ficam muito tempo no sangue. "Essas pessoas já estão passando por tratamento. Em alguns casos, 90% dos pesticidas já foram eliminados do corpo."

Outro lado

A Shell informou, por meio de assessoria, que estranha a demora para a divulgação dos exames. Disse que vai analisar os dados antes de se pronunciar. As biópsias começaram em janeiro.

A Shell já havia contestado os exames da Unesp. Exames feitos pela multinacional descartaram contaminação.

Vila Carioca

A Prefeitura de São Paulo e o governo do Estado não descartam fechar um Termo de Ajustamento de Conduta com a Shell para substituir a ação civil pela contaminação do solo e das águas subterrâneas da Vila Carioca.

O TAC permitiria que a Shell adotasse medidas de compensação ambiental e de atendimento à população sem esperar pela decisão judicial.

• CONTAMINAÇÃO QUÍMICA NA BAIXADA SANTISTA É DISCUTIDA EM SEÇÃO INFORMAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM BRASÍLIA.

Quarta-feira, 07 de agosto de 2002

Convidados pelo gabinete do Deputado Federal Luciano Zica, conhecido por suas importantes ações também na área de meio ambiente, a ACPO participou dia 06 pp. em Brasília da reunião extra-oficial, informal, da Comissão Parlamentar responsável pela elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos, onde foram discutidos aspectos da poluição e contaminação ambiental na Baixada Santista, sobretudo o caso RHODIA e COSIPA. O representante da Rhodia foi convidado, porém não compareceu.

A reunião presidida pelo Deputado José Índio, contou com importantes intervenções do Deputado Luciano Zica, ACPO e dos representantes da Família Santos, proprietários de grande área contaminada pela Rhodia em São Vicente, serviu para reforçar os graves problemas ambientais que se arrastam por anos sem uma solução efetiva, sobretudo os danos causados pelas empresas RHODIA e COSIPA, que requerem solução.

• Faltam "verdes" no Congresso.

Sexta-feira, 16 de agosto de 2002

Síntese:

Campinas, SP - Ambientalistas ouvidos pela Agência Estado vêem o meio ambiente pouco representado no Congresso e listam alguns candidatos com trajetória ambientalista, que acreditam serem indispensáveis para aumentar a visibilidade e a resolução dos problemas relacionados ao tema

Mário Mantovani, diretor da Fundação SOS Mata Atlântica: “Os políticos têm diversas posturas em relação ao meio ambiente. Há aqueles que reagem quando o assunto vira notícia, mas se não está na mídia, não estão nem aí. Os corporativos juntam-se em bancadas, como a ruralista ou a imobiliária, por exemplo. São os piores, pois entram nas comissões e gostam de se mostrar como ambientalistas para seus eleitores, mas sempre jogam contra. Existem também os explicitamente contra o meio ambiente, mas são fáceis de tratar, pois possuem posições claras. O que diferencia o ambientalista é que sua posição é ideológica, tem compromisso com as questões coletivas, os direitos difusos e, o principal, faz política pública. É aquele que discute em fóruns, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e expõe publicamente os problemas. Entre os candidatos paulistas, destacaria o Fábio Feldmann (PSDB), além do Luciano Zica e do Ivan Valente, ambos do PT. Para o Senado, acho que o Aloísio Mercadante (PT-SP) é uma pessoa com quem se conversa. Estou torcendo também para que a Marina Silva (PT-AC) continue no Congresso. Ela é o sonho do eleitor ambientalista e muitos grandes de Brasília devem pensar, no íntimo, que gostariam de ser como ela quando crescerem”...

Clique aqui, para ler na íntegra:

<http://www.estadao.com.br/eleicoes/noticias/2002/ago/16/269.htm>

Maura Campanili – <http://www.estadao.com.br>

A Diretoria da ACPO endossa as palavras do Sr. Mário Mantovani e reconhecemos o trabalho sério realizado pelo [DEPUTADO FEDERAL LUCIANO ZICA](#) (<http://www.zicapt.com/>), bem como o excelente trabalho contra a contaminação ambiental na baixada santista da [DEPUTADA ESTADUAL MARIA LÚCIA PRANDI](#) (<http://www.marialuciaprandi.com.br/>), apontada pelo movimento suprapartidário VOTO CONSCIENTE como estando entre os 25 deputados estaduais mais atuantes da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Esta Diretoria indica o candidato LUCIANO ZICA para DEPUTADO FEDERAL e a candidata MARIA LÚCIA PRANDI para DEPUTADA ESTADUAL, ambos buscando a recondução ao Mandato, como uma opção de VOTO CONSCIENTE,

onde verdadeiramente os interesses da Nação e do povo Brasileiro estão entre seus mais altos ideais.

ACPO - Associação de Combate aos POPs
Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional

• AMBIENTALISTAS DE SÃO PAULO VISITAM A PLATAFORMA PETROLÍFERA DE URUCU – COARI/AM.

Domingo, 25 de agosto de 2002

Entre os dias 18 e 20 de agosto de 2002, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo através do Programa de Apoio as ONGs (Proaong), possibilitaram a trinta ambientalistas de várias regiões do Estado de São Paulo, uma visita instrutiva a plataforma petrolífera de URUCU baseada no centro da Floresta Amazônica.

A **janela de visita** oferecida foi bem aproveitada por todos e creio que além de poder aprender um pouco sobre esta matriz energética que contribui decisivamente para o aquecimento global ora verificado. Pudemos também contribuir com as intervenções de visão ambientalista dos convidados presentes.

Levando em conta especificamente da matriz poluente (petróleo), temos que ter em mente que os lucros obtidos com a degradação da qualidade ambiental, inclusive a urbana e a agressão à saúde humana não serão suficientes para resgatar o passivo criado, tão pouco o giro do capital tem contribuído efetivamente na manutenção adequada da prevenção e da assistência em matéria de saúde pública.

Estivemos em URUCU como convidado e reconheço o prazer de poder ver in loco as atividades lá desenvolvidas. Minha impressão de convidado é a mesma quando se depara frente a quadros surrealistas de Salvador Dali (cópia, claro!). O encontro pontual do passado com o presente gerando subsídios que inevitavelmente distorceram ou no mínimo antecipará o futuro de forma “imprevisível”...

A “fábrica” em si não nos assusta, pois temos aos montes em SP e sabemos perfeitamente como funcionam. O que contrasta é a floresta ao fundo, uma possibilidade de “desenvolver” a Amazônia aos moldes capitalistas, mas de dentro para fora. O desenvolvimento sustentado ainda não é uma realidade entre nós, temos que cuidar deste exuberante patrimônio Amazônico, a Floresta com toda sua riqueza de valor inestimável, requer muita atenção e, a nós brasileiros é dada a responsabilidade de garantir sua preservação.

O que se vê de positivo é o trabalho humano que se desenvolve em URUCU, pois são trabalhadores brasileiros dando um pouco de si para colocar nossa nação numa posição melhorada dentro do cenário mundial, numa sociedade que “optou” por este modelo de desenvolvimento, por esta ótica o complexo impressiona, pode se ver na curta janela aberta a limpeza, manutenção impecável, alta tecnologia, bom aproveitamento energético.

Como críticas de segurança mínima ficou em URUCU o seguinte:

- 1) Óculos de segurança de alto impacto (não foram fornecidos aos visitantes).
- 2) Visitantes sob pipe-rack próximos as linhas de PA (deveriam circular apenas nas ruas).
- 3) Máscaras autônomas de ar respirável em quantidade para garantir a fuga dos visitantes em caso de incidentes (não vistas).

• **Ministério Público Federal.**

Segunda-feira, 26 de agosto de 2002

Dia 20 de agosto de 2002, diretores da ACPO atenderam a intimação do Ministério Público Federal do Trabalho, convocados para prestar esclarecimentos sobre Representação oferecida relacionado ao meio ambiente de trabalho, contaminado por substâncias químicas tóxicas.

• **Revista Galileu publica pesquisa que aponta relação entre uso de agrotóxico e o alto número de suicídios.**

Agosto de 2002

- Só em 2001 suicidaram-se 21 pessoas - na maioria agricultores...
- Para especialistas em saúde, o número é alarmante: a média brasileira é de 3,8 suicídios por 100 mil pessoas. O recorde de 2001 é da Rússia, após 10 anos de crise social e econômica, com 34 por 100 mil, segundo a Organização Mundial da Saúde...
- Ainda não se sabe se o uso de agrotóxicos está diretamente ligado à depressão que conduz aos suicídios - também constatados pela reportagem de 'Galileu' entre agricultores de batata e morango em MG...
- Pesquisa recente mostra que essa dúvida não pode ser desprezada, como fez o Ministério da Saúde ao não apurar como prometeu há seis anos, várias mortes em circunstâncias idênticas...

- Na época, o índice local chegou a 37,22 casos por 100 mil habitantes...

Veja reportagem na íntegra em:

<http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT351671-1719,00.html>

GIOVANA GIRARDI

ggirardi@edglobo.com.br

Enviada especial a Minas Gerais e Rio Grande do Sul

SETEMBRO

- **CRM abre processo contra médico da Shell no caso Paulínia.**

Quinta-feira, 05 de setembro de 2002

O Globo On, 5 de Setembro de 2002 , 20h40m - São Paulo

SÃO PAULO - O Conselho Regional de Medicina abriu um processo contra o toxicologista Flávio Zambrone, médico consultor da Shell no caso da contaminação da área do bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia, por uma antiga fábrica de pesticidas da empresa. O médico está sendo acusado de infringir 14 artigos do Código de Ética Médica. Zambrone disse que ainda não foi informado oficialmente do processo.

A Shell informou apenas que tinha conhecimento de que os moradores do bairro haviam entrado com uma representação contra o médico. A empresa afirma também que entrou com representação contra os médicos da Prefeitura de Paulínia, responsáveis pelos exames que apontaram a contaminação dos moradores. A Shell contesta que as pessoas estejam contaminadas, mas assume a contaminação do solo e lençol freático.

EPTV.com

- **Pesquisa mostra presença de mercúrio no mangue em Cubatão.**

Sexta-feira, 06 de setembro de 2002

Metal pesado foi encontrado em sedimentos coletados no manguezal próximo ao pólo industrial.

<http://www.estadao.com.br>

Clique aqui para ler a reportagem na íntegra:
<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2002/set/06/160.htm>

- **Documentação.**

Segunda-feira, 16 de setembro de 2002

Dia 16, representantes da ACPO protocolizaram documentação no Ministério do Trabalho e CREMESP.

- **REDE BRASILEIRA CONTRA CONTAMINAÇÃO QUÍMICA.**

Segunda-feira, 16 de setembro de 2002

Na noite do dia 16, as Entidades Ambientalistas cadastradas no CONSEMA/SP (COLETIVO), reunidas no auditório do CADES/SP, criaram a **Rede Brasileira contra a Contaminação Química**, com intuito de organizar as entidades e as comunidades frente a violência da contaminação humana. Como já dizia Berlinguer: "*O conceito de proteção da natureza implica no reconhecimento de que a primeira natureza violentada na sua integridade é a natureza do homem e, sobretudo, a dos operários*", mas em nenhum momento se excluiu o problema da comunidade do em torno e longe dele.

- **Palestra.**

Quinta-feira, 19 de setembro de 2002

Representantes da ACPO estiveram presentes na palestra proferida pelo Sr. Promotor de Justiça Dr. Filipe Augusto Vieira de Andrade, integrante do CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, realizada no auditório da Unisanta.

- **Shell mantém posição de não buscar acordo com ex-trabalhadores.**

Sexta-feira, 20 de setembro de 2002

Na primeira audiência em 16/09/2002 realizada na Justiça do Trabalho entre a Regional de Campinas do Sindicato Químicos Unificados e a Shell Brasil S.A., a empresa manteve-se radicalizada em sua postura de evitar buscar um comum acordo com o sindicato e seus ex-trabalhadores para a realização de exames isentos para se apurar o real estado de saúde de seus funcionários, comprometidos pela exposição a produtos químicos contaminantes durante seu trabalho na empresa. A contaminação ambiental e humana produzida pela Shell já é comprovada no Recanto dos Pássaros, em Paulínia, e em ex-trabalhadores, conforme estudo realizado pelo sindicato por meio de seu assessor médico, Dr. Roberto C. Ruiz. A audiência foi realizada hoje (16.09.2002) na Justiça do Trabalho, em Paulínia, provocada pelo sindicato em Ação

Civil Pública patrocinada pelo seu advogado José Mário Caruso Alcocer. Com a postura da Shell em negar-se a um acordo, o juiz do trabalho decidiu abrir prazo de 20 dias para que o sindicato se manifeste sobre a defesa apresentada e, na seqüência, mais 20 dias para que a Shell também se manifeste. Findo esses prazos, o juiz poderá determinar a realização de perícias para o prosseguimento da Ação Civil Pública.

Fonte: Sindicato dos Químicos de Campinas e Região

OUTUBRO

• Mangues degradados alimentam aves de Cubatão.

Quarta-feira, 02 de outubro de 2002

Pesquisa mostra que a degradação dos mangues de Cubatão, junto ao porto da Cosipa, favorece diversas espécies de aves. Várias espécies aquáticas hoje têm nos bancos de lodo sua principal área de alimentação. Efeitos da contaminação crônica por poluentes persistentes, no entanto, começam a aparecer nos ovos, que se tornaram mais quebradiços.

<http://www.estadao.com.br>

Clique aqui para ler a reportagem na íntegra:

<http://www.estadao.com.br/ciencia/aplicada/2002/out/02/145.htm>

• Ambientalistas Protestam na Assembléia Legislativa do Estado contra aprovação das leis 11.041 e 11.217.

Quinta-feira, 03 de outubro de 2002

Ambientalistas do interior da capital e do litoral de São Paulo fizeram ontem um protesto em frente à Assembléia Legislativa de São Paulo contra a lei, aprovada em setembro, que adia o fim das queimadas de cana no Estado até 2031. Às vésperas das eleições, os manifestantes queimaram um facho de cana simbolizando a falta de sensibilidade dos nossos Legisladores com a saúde ambiental, pública e ocupacional.

Uma petição assinada pelos ambientalistas foi protocolizada na Presidência da Mesa Diretora, que além da lei 11.041 sobre as queimadas na lavoura de cana-de-açúcar, versa também sobre a lei 11.217 que autoriza a expansão ou instalação de novas indústrias com potencial poluidor na região da grande São Paulo.

O texto foi uma composição de vários artigos que circularam nas redes ambientalistas, sendo o reconhecimento do valor do movimento ambientalista em nosso País.

Participaram da Manifestação:

Ação Ecológica **Pau- Brasil** - Ribeirão

SODEMAP - Sociedade de Meio Ambiente de Piracicaba

IPAL - Instituto de Proteção Ambiental de Louveira

PROESP - Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies - Campinas

Billings eu te Quero Viva

ACPO - Associação de Combate aos POPs

Movimento Reviva **Vila Carioca**

Boca da Mata - Cajuru SP

SAT - Serviços Aéreos Terrestres e Proteção Ecológica

SASP - Sociedade Amigos de Sete Praias

Grupo de **Preservação dos Mananciais** do Eldorado

Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental **Planeta Verde** - Taguatinga

Clique aqui e leia também a reportagem do Estadão:
<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2002/out/03/116.htm>

• **GMA - AVALIAÇÃO GLOBAL DO MERCÚRIO.**

Sexta-feira, 04 de outubro de 2002

Entre os dias 09 e 13 de setembro de 2002 realizou-se a primeira reunião do GMA patrocinada pelo UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, para avaliar os problemas relacionados à poluição e a contaminação que o metal mercúrio vem causando ao meio ambiente, à saúde pública e ocupacional e a necessidade de intervenção na questão. A ACPO, signatária do Ban-Hg-Wg, participou desta reunião com o apoio técnico da **Dra. Cecília Zavariz**, uma das maiores pesquisadoras no assunto, onde foi representada pela **Engenheira Fernanda Giannasi**. Nesta reunião, o Grupo de Trabalho revendo o termo de referência chegou a relevantes conclusões que serão levadas para a apreciação do Conselho da UNEP que definirá as medidas que serão adotadas.

O Grupo concluiu que, no seu ponto de vista, havia evidências suficientes de impactos adversos globais significativos para determinar uma ação internacional no sentido de reduzir os riscos para o meio ambiente e para saúde humana. Quanto ao fato de ser importante ter uma compreensão melhor da situação, o Grupo enfatizou que não era necessário ter o consenso ou a evidência completa para que tome as necessárias medidas, os potenciais impactos adversos globais devem ser considerados.

O Grupo concordou também com a adoção de medidas de recomendação sobre os impactos adversos globais do mercúrio em níveis globais, nacionais e regionais. As opções incluem medidas tais como reduzir riscos: reduzindo ou eliminando a

produção e consumo do mercúrio, substituindo por outros produtos e processos, cooperação entre governos, comunicação de risco, avaliação e atividades relacionadas.

Finalmente, o Grupo de Trabalho recomendou também um número de ações imediatas para os grupos altamente vulneráveis (tais como mulheres grávidas), em fornecer a sustentação técnica e financeira aos países com as economias em transição, e dar suporte a pesquisa, monitoração e de levantamento de dados de saúde e aspectos ambientais causados pelo mercúrio e a adoção de alternativas ambientais amigáveis.

O relatório da avaliação global do mercúrio será submetido ao Conselho do UNEP em fevereiro 2003 para sua consideração, juntamente com as conclusões extraídas pelo Grupo de Trabalho que terá uma base melhor para definir sobre a ação internacional sobre o mercúrio. O relatório da avaliação contribuirá para aumentar à consciência e à compreensão entre aqueles responsáveis pelas decisões principais relacionadas ao mercúrio e os seus compostos, facilitando desse modo o debate na sessão seguinte do conselho do UNEP.

Os Estados Unidos estão muito resistentes a qualquer novidade ou ação severa no sentido de banir este metal tóxico, que a cada dia está mais próximo das populações contaminando também os alimentos. O Brasil segue em sua inércia nestes assuntos e segue ao sabor do vento sem qualquer intenção de interferir no destino do problema.

- **Audiência.**

Terça-feira, 15 de outubro de 2002

Convocados pelo Ministério Público Federal a diretores da ACPO, compareceu juntamente com ex-trabalhadores da empresa Carbocloro, para audiência com a Sra. Procuradora Dra. ANA FRANCISCA MOREIRA DE SOUZA SANDEN, onde prestaram esclarecimentos sobre denúncias referente ao ambiente de trabalho e procedimentos de operação daquela fábrica.

- **WORKSHOP BUENOS AIRES SOBRE BAT/BET.**

Sexta-feira, 25 de outubro de 2002

BAT (Melhores Técnicas Disponíveis) - BET (Melhor Prática Ambiental)

A UNEP, através do INC 6 instituiu um Grupo de especialistas para preparar recomendações para a primeira Conferência de Estocolmo das Partes Interessadas (COP1) com diretrizes para estabelecer as Melhores Técnicas Disponíveis (BAT) e Melhor Prática Ambiental (BEP) no sentido de buscar a redução e eliminação dos

subprodutos POPs (Poluentes Orgânicos persistentes) conforme estabelecido no Artigo 5 (d) da Convenção de Estocolmo.

Os Ambientalistas da rede IPEN - International POPs Elimination Network, acreditam que as diretrizes definidas para as BAT/BEP, será o fator mais importante para buscar as providencias dentro implementação da Convenção de Estocolmo em relação as DIOXINAS.

Algumas reuniões estão acontecendo ao redor do mundo e entre 21 e 24 de outubro de 2002 aconteceu na Argentina patrocinado pelo UNEP mais um Workshop BAT/BET, a ACPO representando a IPEN com o apoio técnico da **Engenheira Karen Suassuna** que esteve presente nesta importante reunião apurou:

Clique aqui e leia os rascunhos dos comunicados sobre o Workshop:
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/workshop_batbet.htm

NOVEMBRO

• CONTAMINAÇÃO HUMANA.

Sexta-feira, 08 de novembro de 2002

A ACPO esteve presente no Workshop Contaminação Humana que foi realizado com importantes palestras dos convidados **Dr. Luiz Carlos Aceti Júnior, Dr. Daniel Roberto Fink, Fernanda Giannasi, Dr. Igor Vassilief e Dr. Deise Neves Botelho Rezende**, que teve o objetivo de demonstrar de forma clara e objetiva os problemas decorrentes da Contaminação Humana; a Responsabilidade Civil e as formas de reparação e quantificação dos danos; discutir os Crimes Ambientais e suas penas, bem como os procedimentos para ação nos casos de processos ambientais; Alertar para os perigos de contaminação no ambiente trabalho e as responsabilidades trabalhistas dos empregadores e demonstrar através de casos práticos e exemplos médicos a face perigosa e real da Contaminação Humana.

• CONSEMA (CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE) VAI ANALISAR O PROBLEMA AMBIENTAL REPRESENTADO PELA SUBSTÂNCIA QUÍMICA TÓXICA PERCLOROETILENO UTILIZADO NA LAVAGEM DE ROUPAS A SECO.

Quarta-feira, 13 de novembro de 2002

O CONSEMA na 181ª Reunião aprovou por votação unânime importante matéria, e designou à Comissão Especial de Recursos Hídricos e Saneamento para tarefa de examinar questões relativas à poluição e contaminação causadas pelo uso do percloroetileno ou tetracloroetileno no Estado de São Paulo, que deverá em 180 dias

apresentar propostas para o banimento destas substâncias em face as suas características de organoclorado POPs. Tóxico, persistentes, bioaculativo, provável cancerígeno humano, comprovado cancerígeno em animais etc. Os organoclorados já foram, através de Lei, banido da agricultura brasileira, não se justificando que as pessoas permaneçam expostas a estas substâncias comprovadamente prejudiciais a saúde humana.

Clique aqui e leia a manifestação em plenária:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/consema_percloroetileno.htm

• MAIS UMA ÁREA CONTAMINADA NO ESTADO DE SÃO PAULO E DISPLICÊNCIA COLOCA OUTRA ÁREA EM RISCO DE CONTAMINAÇÃO.

Domingo, 17 de novembro de 2002

Mais um depósito clandestino de resíduos industriais tóxicos foi encontrado em Cubatão, São Paulo, em área da Carbocloro. A indústria química, que contava com licença ambiental para a terraplanagem e havia doado parte da argila para a prefeitura para fazer cobertura do Aterro Sanitário de Cubatão. A movimentação do solo, durante as obras, porém, provocou a liberação de forte odor, que denunciou a presença das substâncias.

JORNAL A FOLHA DE SÃO PAULO DEDICOU PÁGINA INTEIRA NA EDIÇÃO DE DOMINGO DIA 17/11/202 SOBRE O ASSUNTO - CLIQUE NOS LINKS ABAIXO E LEIA A EDIÇÃO ELETRÔNICA COMPLETA

- 1 - Aterro de Cubatão recebe solo contaminado.
- 2 - Carbocloro diz buscar "solução rápida".
- 3 - Contaminação da Rhodia ainda não foi resolvida.
- 4 - Município é segundo pólo de contaminação.

Reportagem disponível no site do Jornal ou Clique aqui:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2002/pag_e_pdf/carbocloro_folha_on_line.htm

• Cubatão tem mais uma área contaminada.

Segunda-feira, 18 de novembro de 2002

Depósito de resíduos tóxicos foi encontrado na área da Carbocloro durante obras realizadas pela empresa

São Paulo - Mais um depósito clandestino de resíduos industriais tóxicos foi encontrado em Cubatão, São Paulo, em área da Carbocloro, durante as obras de expansão da usina de energia da empresa. A indústria química, que contava com licença ambiental para a terraplanagem, havia doado parte da argila para a prefeitura para fazer cobertura do Aterro Sanitário de Cubatão. A movimentação do solo, durante as obras, porém, provocou a liberação de forte odor, que denunciou a presença das substâncias.

Segundo a assessoria da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), a obra foi embargada e a empresa recebeu uma advertência no dia 17 de setembro, quando tiveram início as investigações sobre a contaminação. As análises mostram valores acima dos padrões para os poluentes Hexaclorobenzeno (HCB), Pentaclorofenol (PCP), conhecido como Pó da China, e Percloroetileno (PCE).

Atualmente, a Cetesb está avaliando o projeto de remediação apresentado pela empresa, que deverá incinerar ou levar o material para um aterro apropriado. O prazo para a remoção dos 6 mil metros cúbicos de argila do aterro sanitário, considerado um bom aterro pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, é o final do ano.

Conforme o órgão ambiental, o problema do aterro será resolvido com a remoção dos resíduos. Quanto à área dentro da empresa, será impermeabilizada e monitorada. Esta é a quarta área contaminada pela Carbocloro em Cubatão reconhecida pela Cetesb.

Segundo João Carlos Gomes, diretor da Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO), a prática de descarte clandestino de resíduos sólidos industriais diretamente no solo, sem a utilização de recursos adequados de contenção geotécnica, foi muito utilizada durante as décadas de 60 e 70 pelas indústrias de Cubatão. Para ele, as empresas se valiam da falta de fiscalização da época e são responsáveis pelo comprometimento do solo e lençol freático em diversos pontos da Baixada Santista e litoral sul paulista, além do sedimento estuarino da região.

Maura Campanili - www.estadão.com.br

• SEMINÁRIO.

Sábado, 23 de novembro de 2002

Jornal A Tribuna de Santos

Solução

Lixo químico vai para o Vale do Paraíba

Da Sucursal

Os 6.000 m³ de solo contaminado com produtos organoclorados encontrados numa área adquirida há 20 anos pela Carbocloro, em Cubatão, serão enviados na próxima semana para um aterro industrial licenciado pela Cetesb, no Vale do Paraíba. A data da remoção, que será feita com cautela e acompanhamento da empresa de controle ambiental, depende apenas da confirmação de técnicos da agência da Cetesb em Taubaté.

A informação foi dada do gerente da regional da empresa ambiental em Cubatão, engenheiro Marcos da Silva Cipriano, a quem a Carbocloro apresentou a proposta e o plano de remoção do solo para uma área apropriada.

Os resíduos (pentaclorofenol, hexaclorobenzeno, tetracloroetileno e diocloreto, em níveis acima dos limites estabelecidos na legislação federal) foram encontrados há cerca de seis meses, durante as obras de terraplanagem para a construção de uma subestação elétrica da Carbocloro, situada nas proximidades da antiga fábrica da Rhodia. Parte do lixão municipal, no Sítio Areais, que recebeu aterro retirado da área, também foi afetado.

Marcos Cipriano revelou que a Cetesb foi imediatamente informada do problema que a área onde seria construída a subestação foi isolada. Além disso, o local foi coberto com uma lona plástica, para evitar o agravamento da contaminação.

A área prevista para a subestação tem cerca de 10 mil m². Nesse local, foram encontrados dois pontos com resíduos de lixo químico, que equivalem a 10% da área total do empreendimento.

A Carbocloro contratou uma empresa especializada para realizar uma avaliação técnica sobre as condições do solo da área prevista para a subestação e do lixão municipal. Ontem, os vereadores José Roberto Azzoline Soares Alemão (PMDB) e Rozemeri Abreu (PDT) visitaram o aterro sanitário da Prefeitura e pediram à Cetesb que obrigue a empresa contratada a fornecer equipamentos de segurança na manipulação dos produtos químicos. O pedido, segundo a Cetesb, deve ser dirigido à Divisão Regional do Trabalho.

• Notícias de Jornal.

Terça-feira, 26 de novembro de 2002

JORNAL VALE PARAIBANO

Risco Ambiental

Vale recebe lixo tóxico de Cubatão (Aterro industrial de Tremembé vai receber 7.000 toneladas de terra contaminada com substâncias cancerígenas)

Ricardo Moura

São José dos Campos

O município de Tremembé deverá receber a partir de dezembro cerca de 7.000 toneladas de terra contaminada com organoclorados - composto tóxico e potencialmente cancerígeno - vindos da indústria Carbocloro, da cidade de Cubatão. O destino da carga será o aterro industrial da empresa Sasa - Sistemas Ambientais, situada no bairro Mato Dentro.

A transferência dos resíduos tóxicos para Tremembé contraria a Lei Orgânica do Município que proíbe a instalação de aterros que armazenem ou recebam lixo tóxico na cidade, segundo o promotor de Justiça de Tremembé, Luiz Fernando Scazone de Macedo (leia texto nesta página).

O início da remoção da carga contaminada para Tremembé depende somente da liberação da Cetesb (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental), que está avaliando a capacidade técnica da Sasa em armazenar este tipo de produto.

A assessoria de imprensa da Cetesb informou que o laudo deverá sair em três semanas, e se for positivo, permitirá que a Carbocloro inicie a transferência imediata do lixo químico.

CONTAMINAÇÃO - A terra contaminada contém resíduos de pentaclorofenol, hexaclorobenzeno, tetracloroetileno e dicloetano, que segundo o gerente regional da Cetesb de Cubatão, Marcos da Silva Cipriano, podem causar vários danos à saúde. "Os resíduos encontrados na área contaminada podem ser agentes causadores de doenças como o câncer", disse Cipriano.

As três substâncias são utilizadas para a fabricação de fungicidas, pesticidas e solventes.

A contaminação no terreno da Carbocloro foi detectada durante escavações para construção de uma subestação elétrica da empresa.

Segundo o gerente de suporte industrial da Carbocloro, Ademar Salgosa, a empresa deve iniciar a remoção dos resíduos até o final do ano.

"Pensamos em remover a terra para Tremembé e outras cidades porque precisamos agilizar o processo de remoção. Na lista, estão mais três municípios", disse Salgosa.

PREFEITURA - O prefeito de Tremembé, Lúcio Varejão (PSDB), afirmou que não sabia da transferência do material contaminado, mas afirmou que o armazenamento do lixo químico é uma questão particular da Sasa.

"Eu confio no parecer da Cetesb. Se o órgão liberar a transferência, eu não posso intervir por ser uma questão particular", disse Varejão.

Nenhum representante da Sasa retornou as ligações do Vale Paraibano.

Para MP, lei orgânica barra aterro

Tremembé

O promotor de Justiça de Tremembé, Luiz Fernando Scazone de Macedo, afirmou que a transferência da terra contaminada de Cubatão para a cidade vai contra a Lei Orgânica do Município. Segundo ele, a prefeitura tem ignorado a determinação da lei.

"A Lei Orgânica é clara, pois ela não permite a instalação de aterro com lixo industrial no município nem a transferência de resíduos de outras cidades", disse Macedo.

O Ministério Público de Tremembé está investigando desde 1998 a regularidade do aterro industrial da Sasa. Segundo Macedo, a empresa estaria situada em área de preservação ambiental.

A vereadora Marisa Monteiro de Amaral (s/partido) afirmou que não acredita que a Cetesb libere a remoção da terra contaminada para Tremembé.

"Se houver qualquer tipo de liberação nós iremos tentar barrar a vinda do solo contaminado", disse.

SÃO JOSÉ - Em março do ano 2001, a Carbocloro enviou para São José 3.000 toneladas de resíduos contendo mercúrio. A carga estava sendo armazenada pela empresa Ecosistema.

A transferência provocou forte polêmica na época porque ia contra a Lei Orgânica do Município. Atualmente, São José recebe apenas lixo químico de cidades do Vale do Paraíba.

• Rede Brasileira Contra a Contaminação Humana e Ambiental.

Quarta-feira, 27 de novembro de 2002

Plataforma e diretrizes para a atuação da REDE aprovada na Reunião Plenária Extraordinária do Coletivo de Entidades Ambientistas com cadastro junto ao CONSEMA/SP, realizada às 18:30h do dia 25 de novembro de 2002, na sede do Sindicato dos Advogados de São Paulo, à Rua da Glória, 246, 3º andar, Liberdade, em São Paulo/SP (falta o estabelecimento da sigla, que de forma provisória é colocada aqui apenas como REDE).

I - Objetivos e estratégias:

1 - Fortalecer a defesa ambiental e da saúde pública, por meio de uma rede institucional para atuação conjunta, composta por instituições, associações ambientalistas, comunidades atingidas ou sob a ameaça de contaminação.

2 - Promover a informação, a troca de experiências e o apoio mútuo, fortalecendo institucionalmente as associações participantes da rede, visando a proteção dos atingidos por contaminação ou poluição em suas variadas formas.

3 - Apoiar e orientar na forma institucional, técnica e legal, novas comunidades ou cidadãos atingidos por contaminação.

4 - Denunciar permanentemente e de forma técnica atividades poluidoras e agressivas ao meio ambiente e à saúde pública; programar atos públicos e manifestações como forma legítima de pressão e controle social contra poluidores e autoridades omissas e irresponsáveis.

5 - Propor ações judiciais, ações civis públicas e representações ao Ministério Público visando a proteção da sociedade em caráter preventivo e em defesa das vítimas de contaminação; promovendo ações contra poluidores e contra a omissão e inépcia das autoridades responsáveis.

6 - Auxiliar na elaboração de uma política nacional de segurança fisio-química e biológica, nas esferas nacional e internacional, exigindo dos poderes constituídos a aplicação do princípio da informação, da Precaução, da Prevenção, da Recusa, da eliminação do risco, do controle efetivo da poluição, da reparação do dano, da recuperação das áreas degradadas e pelo acesso equitativo aos recursos naturais.

7 - Avaliar e aprimorar os mecanismos legais, institucionais e de governança, visando maior controle social, promovendo:

a - Avaliação da legislação e normas existentes referentes à segurança química da população e do ambiente de trabalho, visando seu contínuo aprimoramento.

b - Avaliação e cobrança do papel das instituições para proteção individual e de comunidades atingidas por contaminação, visando a requalificação e o aprimoramento das instituições oficiais e da governança.

c - Criação de Frente Parlamentar suprapartidária, para efetivo controle social dos órgãos governamentais envolvidos e o aprimoramento das normas e legislação para a Segurança Química.

d - Buscar maior representatividade da **REDE**, aspergindo para a sociedade, em sua representação em conselhos participativos, os princípios, conceitos, normas e legislação sobre segurança química, apoiando representantes capacitados nos âmbitos municipais, estaduais e Federal.

e - Buscar articulação internacional com instituições e grupos afins, bem como a representação da **REDE** em fóruns internacionais de segurança química.

f - Fortalecimento dos meios de participação da sociedade civil organizada para efetivar uma **Política Nacional de Segurança Química**.

g - Promover de forma permanente a informação para a sociedade sobre os riscos de contaminação, a necessidade da atuação independente e cidadã para um efetivo controle social sobre as instituições governamentais, defendendo um protocolo ético de conflito de interesses nas diferentes esferas de decisão, divulgando e fortalecendo de forma permanente a atuação da **REDE** e de suas instituições participantes.

DEZEMBRO

• CUBATÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO EXPORTA LIXO TÓXICO PARA O PARANÁ.

Sexta-feira, 13 de dezembro de 2002

CONEXÃO: **CUBATÃO/CURITIBA** - A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS TOCADA PELOS INTERESSES ESTRITAMENTE ECONÔMICOS.

Sob muito sigilo, teve início nesta sexta-feira dia 13 de dezembro de 2002 a transferência de 6 mil metros cúbicos de lixo tóxico de Cubatão - SP para o aterro industrial da empresa ESSENCIS localizado na rua dos Palmenses, 4005 - Cidade

Industrial - Curitiba no Paraná. A transferência está embargada até segunda-feira por uma Ação da ACPO e devido a um problema de ordem administrativa com a CETESB de Cubatão. Trata-se de substâncias altamente tóxicas que causam problemas no organismo humano, acarretando danos ao sistema endócrino, rins, fígado, tireóide, sistema nervoso, fertilidade entre outras presentes numa lista de mais de uma centena de patologias relacionadas a exposição a estas substâncias.

A Convenção de Estocolmo sobre POPs (Poluentes Orgânicos Persistentes), regula várias substâncias como estas em questão, entre elas o hormônio ambiental e cancerígeno HCB, sendo reconhecidas universalmente como substâncias químicas incontroláveis pela ação do homem, portanto não passíveis de gerenciamento, são tóxicas; persistentes; bio-acumulativas; bio-magnificantes; mutagênicas; teratogênicas; neurotóxicas; hormônios ambientais, interferentes hormonais, e assim altamente prejudiciais ao equilíbrio ecológico global que afeta a qualidade de vida da geração presente, deixando um legado cruel para as futuras gerações.

Mais uma vez, a protagonista do episódio de exportação de resíduos para outras cidades é a empresa Carbocloro, que pediu autorização para a Cetesb para enviar o material contaminado para um aterro de resíduos industriais em Tremembé ou para Curitiba. Estes resíduos, em níveis acima dos limites estabelecidos na legislação federal, foram encontrados há cerca de seis meses, durante as obras de terraplanagem para a construção de uma subestação elétrica dentro da empresa.

A mesma Carbocloro esteve no epicentro de uma polêmica sobre a utilização de um aterro industrial em São José, quando se tornou público que, mesmo com restrições impostas pela legislação, houve transferência de resíduos tóxicos para a cidade. Desta vez a População de Tremembé foi às ruas exigir o bloqueio da transferência de Lixo Tóxico para aquela cidade, que coloca em risco o bem estar da população. Pressionados os protagonistas e a CETESB resolveram transferir o lixo tóxico para cidade de CURITIBA.

A CETESB autorizou a transferência baseada num laudo de empresa particular, portanto foi outorgada autorização da transferência sem que a Diretoria do órgão Ambiental tivesse o cuidado de enviar um dos seus técnicos para verificar onde e em que condições seriam estocados estes tóxicos, que tem a preferência de serem destruídos ao invés de estocados. Lembramos que de acordo com a Lei 9.605 (crimes ambientais) as prefeituras, os prefeitos e os responsáveis técnicos bem como os funcionários das agências ambientais estaduais passam a ser criminalmente responsáveis pelas omissões que oferecerem sobre o assunto.

O Vale Paraibano publicou que a Assembléia Legislativa aprovou no dia 11/12/2002 um requerimento obrigando a Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento

Ambiental) a explicar a possível transferência de toneladas de lixo tóxico da empresa Carbocloro, de Cubatão, para o aterro Sasa Sistemas Ambientais, em Tremembé, e que o documento foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Meio Ambiente do Legislativo Estadual, é de autoria do deputado Carlinhos Almeida (PT).

Os serviços de remoção (**que deveriam ser acompanhados de um destino final de qualidade**) iniciaram pela fábrica, local onde a poluição já é antiga e provavelmente larga e disseminada que necessita de uma apuração muito mais detalhada, **e não pelo aterro sanitário da cidade de Cubatão - SP, localizado no Sítio dos Areiais**, onde deveria se ter a atenção voltada, pois lá não havia esta contaminação. Há um privilégio para uma área comprometida e contaminada em detrimento de outra, em que uma ação rápida poderá evitar ainda mais contaminação. Atende-se a outros interesses em detrimento da lógica da proteção ambiental.

Estes agentes tóxicos não podem ser tratados como substâncias comuns, pois além de sua reconhecida toxicidade possui elevada pressão de vapor, que lhe conferem grande poder de volatilização, penetração e mobilidade, e seu confinamento provisório tem que ser cercado de cuidados a fim de evitar seu escape para o meio ambiente. A manta PEAD que serve para isolar os tóxicos do solo, não é muito resistente aos solventes clorados, sobretudo quando as temperaturas são elevadas, é sabido que outro plástico tem se mostrado muito mais resistentes ao solvente clorado, porém existem notícias de vazamentos em membranas de polietileno de alta densidade, o que demonstra a fragilidade do sistema, além do desgaste natural e sua falibilidade inevitável em razão da vida útil do material. Realidade que impõem um pesado passivo tóxico para a geração seguinte, as quais arcarão com os desmandos da geração presente. Normalmente recomenda-se a destruição deste tipo de substância em face ao risco que representa estando estocado. Hoje temos tecnologias modernas de destruição que não geram dioxinas e deveriam necessariamente ser adotadas neste caso.

Na fábrica ao lado da CARBOCLOORO, mais precisamente na antiga fábrica da Rhodia, onde uma contaminação com as mesmas substâncias se arrasta a mais de uma década, há um procedimento totalmente diferenciado ao proposto e ACEITO pela CETESB e que está em plena execução, onde não se vislumbra a transferência destes tóxicos para outras cidades, mas sim a destruição completa. Há uma lógica complexa externada pela CETESB que necessita de explicações. Será que o tempo foi capaz de apagar da memória dos Diretores da CETESB o aterro de São Vicente/SP que vaza estas substâncias há anos sem solução.

A Transferência de material tóxico de uma cidade para outra, é algo que além de injusto é cercado de situações de alto risco em todas suas etapas, que é agravada pelo fato de se tratar de paliativo que não elimina definitivamente os riscos. Solução final é aquela qual não se impõe riscos ao meio ambiente e a saúde pública, mas infelizmente

a solução adotada é uma grande maquiagem. Trata-se de uma grande varrida de detritos tóxicos para baixo do tapete. É injusto, pois a cidade de Cubatão faturou com a receita de fartos impostos advindos da produção industrial durante décadas a fio, a agora quando surge o pesado fardo dos rejeitos desta produção (os resíduos químicos tóxicos), busca se ver livre destes materiais tóxicos não levantando óbice para transferência deste passivo para outras cidades. **Acrescentamos que a Lei Orgânica da Cidade de Cubatão é moderna, pois proíbe o recebimento de lixo de qualquer outra Cidade, aceitando e tratando apenas aqueles gerados no município.**

ACPO

• **Notícias de Jornal.**

Quinta-feira, 19 de dezembro de 2002

Jornal A TRIBUNA

Carbocloro não tem onde descartar aterro contaminado
Material foi recusado em Tremembé e Curitiba

Da Reportagem

A Carbocloro continua tentando encontrar um destino adequado para o material (seis mil metros cúbicos de terra com resíduos químicos) que removeu de uma área ao lado da sua fábrica em Cubatão, para a construção de uma subestação de energia elétrica.

No mês passado, solicitou autorização para levar os resíduos para um aterro regular, aprovado pela Cetesb, em Tremembé. Mas encontrou resistência de entidades ecológicas daquela região.

Buscou alternativas em Curitiba, obtendo autorização do Instituto Ambiental do Paraná para depositar o material em um aterro regularizado por organismos ambientais.

Alertada pela Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes (entidade formada na sua maioria por antigos trabalhadores da Rhodia) a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (Amar) também pediu a proibição do recebimento do material à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná e ao Ministério Público.

Embora a secretaria ambiental do Paraná tenha recebido laudos de que os resíduos contêm apenas solventes orgânicos, mandou suspender a licença de remessa, para verificar a presença de organoclorados nos novos laudos pedidos à Cetesb.

Busca de solução

Segundo o gerente da Carbocloro, Ademar Salgosa Júnior, mesmo sem ter sido a causadora do problema, a empresa continua empenhada na busca de uma solução adequada para a deposição da terra contaminada. Por isso, entrou com pedido à Cetesb para o envio a aterros industriais aptos e autorizados a receber esse tipo de material.

Lamenta apenas que as soluções apresentadas venham sofrendo pressão contrária sem sustentação ou argumentos técnicos que as inviabilizem. A empresa, atendendo a uma solicitação da Cetesb, vem tentando resolver o problema de forma rápida, para evitar danos ao meio ambiente, pois o local onde o material se encontra armazenado não é adequado.

Carbocloro não tem onde descartar aterro contaminado

Da Reportagem

Os fantasmas do período em que Cubatão era conhecida como um dos lugares mais poluídos do mundo continuam assombrando o Município. Por falta de um local adequado em Cubatão, a Carbocloro não tem onde depositar a terra contaminada que encontrou, há seis meses, em uma área onde pretende construir uma subestação de energia elétrica. A empresa nunca produziu ou manuseou o material químico encontrado no local, mas como a área hoje lhe pertence, tem a obrigação de saneá-la.

A Cidade não possui um aterro especializado ou uma central de tratamento de resíduos industriais, por isso, a empresa está enfrentando dificuldades para levá-los para outros municípios, como exige a Cetesb.

Essa situação mereceu ontem críticas de dois vereadores - Romeu Magalhães (PPS) e Márcia Rosa (PT) - que exigem da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) mais atenção para esse problema.

Mesmo pagando empresas de fora de Cubatão para remover, depositar e tratar esse lixo em aterros adequados e aprovados por organismos ambientais, a Carbocloro enfrenta oposição de entidades ecológicas dessas localidades.

Sema

Há dias, vem tentando obter licença para colocar o material em um aterro especializado em Tremembé, no Vale do Paraíba, adequado e aprovado pela Cetesb para receber esse tipo de resíduo, numa operação utilizada em todo o mundo.

Ontem, o gerente da Cetesb em Cubatão, engenheiro Marcos Cipriano, disse que está em contato com a regional da Cetesb em Taubaté, à espera de autorização para liberar a transferência dos resíduos.

Além de aguardar a autorização de Tremembé, a Carbocloro e a Cetesb enfrentam dificuldades para convencer as autoridades ambientais do Paraná a autorizar a deposição desse material em um aterro industrial, igualmente apropriado, em Curitiba.

Diante do impasse, a vereadora Márcia Rosa quer que o Governo do Estado interfira e resolva esse problema, já que o Município não tem condições de dar solução para o passivo ambiental decorrente da industrialização nas décadas de 70 e 80.

No final do mês passado, Márcia Rosa pediu à Sema que fizesse um levantamento dos resíduos químicos enterrados no Município. Não recebeu resposta.

Também manteve contatos com a promotora de Meio Ambiente, Liliane Ferreira, em busca de solução para esses passivos.

• GLUTARALDEÍDO PODE TER SIDO RESPONSÁVEL DE INTOXICAÇÃO EM HOSPITAL.

Sexta-feira, 20 de dezembro de 2002

Substância química utilizada na desinfecção em leitos de hospitais pode ter ocasionado a intoxicação de funcionários por ocasião de exposição no ambiente de trabalho. A ACPO levantará o caso e cobrará das autoridades uma investigação minuciosa. Funcionários que manipularam a substância e o local de trabalho serão o foco da investigação que será solicitada. Estaremos disponibilizando na internet os principais estudos e o andamento da investigação.

ACPO

**A TODOS UM FELIZ NATAL
E PRÓSPERO 2003
SÃO NOSSOS MAIS SINCEROS VOTOS**

ACPO

Endereço para Correspondência: CAIXA POSTAL 73.923 CEP: 11025-032 - Santos - SP - Brasil

Oficina: Av. Pedro Lessa n.º 2672, sala 13 - Embaré

CEP: 11.025-002 - Santos - SP - BR. - TEL/FAX: (013) 3273 5313

Internet - <http://www.acpo.org.br> / e-mail - acpo@acpo.org.br

FUNDADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1994